

SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Santos Brasil Participações S.A. (“Companhia”), domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo, tem por objetivo a participação, como sócia ou acionista, no capital de outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras, e em consórcios, bem como a exploração comercial de instalações portuárias e retroportuárias e de soluções logísticas integradas, com a movimentação de contêineres e afins.

Em 24 de outubro de 2007, por meio de Assembleia Geral Extraordinária da Santos-Brasil S.A. (“Santos-Brasil”), foi aprovada a compra da totalidade das ações de emissão da Alphapart Participações S.A., empresa aberta desde 1998, a qual jamais exerceu qualquer atividade operacional para que viesse a funcionar como sociedade *holding*, com a nova denominação de Santos Brasil Participações S.A.. Foi aprovada, em ato subsequente, a incorporação, pela Companhia, da totalidade das ações de emissão da Santos-Brasil, que passou a ser sua controlada integral.

A incorporação das ações foi efetivada, sem dissidência entre os acionistas, resultando no aumento de capital da Companhia para R\$1.042.070, dividido em 655.776.449 ações, sendo 452.567.461 ações ordinárias e 203.208.988 ações preferenciais, todas escriturais e sem valor nominal, atribuídas aos acionistas da Santos-Brasil, em substituição àquelas que estes detinham, observada a relação de uma ação de emissão da Companhia para cada ação da Santos-Brasil.

As *units* são negociadas pelo *ticker* STBP11 na Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBOVESPA, sob observância das Práticas de Governança Corporativa - Nível 2.

Em 15 de setembro de 2011, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a operação de cisão parcial da Santos-Brasil, seguida da incorporação da parcela cindida. Nessa mesma Assembleia foi aprovada a incorporação da Nara Valley Participações S.A. (“Nara Valley”).

A parcela cindida e incorporada da Santos-Brasil consistiu em todos os bens móveis e imóveis, direitos e obrigações, passando a ser a filial operacional Tecon Santos (“Tecon Santos”), remanescendo na Santos-Brasil apenas o caixa no montante de R\$10 e o capital social de valor correspondente. Dessa forma, a Santos-Brasil continua como companhia aberta, sem solidariedade com a incorporadora, uma vez que ficou definido que a incorporadora será responsável por todas as obrigações que competiam à Santos-Brasil, não remanescendo na Santos-Brasil nenhuma obrigação.

Em decorrência da incorporação, a Nara Valley foi extinta, sendo sucedida pela incorporadora a título universal.

Em 19 de dezembro de 2011, conforme Assembleias Gerais Extraordinárias, as controladas Santos-Brasil e Mesquita S.A. Transportes e Serviços passaram a ser denominadas Numeral 80 Participações S.A. (“Numeral 80”) e Nova Logística S.A. (“Nova Logística”), respectivamente.

Em 20 de março de 2013, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária a alteração da razão social da sua controlada Union Armazenagem e Operações Portuárias S.A., que passou a ser denominada Terminal de Veículos de Santos S.A. (“TVS”).

Em 18 de fevereiro de 2014, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a alteração da razão social da sua controlada Nova Logística S.A., que passou a ser denominada Santos Brasil Logística S.A..

a) Contexto operacional da filial operacional Tecon Santos

A filial operacional Tecon Santos tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres do Porto de Santos - Tecon 1, sob contrato de arrendamento com vigência de novembro de 1997 a novembro de 2022, por meio de operações com contêineres e afins, que envolvem a recuperação das instalações existentes e sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União, nos termos do Edital PND/MT/CODESP nº 01/97.

Em janeiro de 2010, a filial operacional Tecon Santos inaugurou a área denominada Tecon 4, representada pela expansão do pátio em 112.715 m², totalizando uma área de 596.715 m², e a construção de mais um berço, originada do aditivo ao contrato de arrendamento celebrado em julho de 2006.

Em agosto de 2013, a Companhia protocolou na Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, a proposta para prorrogação antecipada do Contrato de Arrendamento PRES/69.97.

Em agosto de 2014, foi realizada a 24ª Reunião Extraordinária de Diretoria da ANTAQ, que deliberou a possibilidade de celebração de aditamento ao Contrato de Arrendamento PRES/69.97, firmado entre a Companhia e a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP.

Em 30 de setembro de 2015, foi celebrado o Quinto Termo de Retificação, Ratificação e Aditamento ao Contrato de Arrendamento PRES/69.97 de 28 de novembro de 1997 referente a filial operacional Tecon Santos, entre a União Federal, por meio da Secretaria de Portos da Presidência da República, e a Companhia, com a interveniência ANTAQ e da CODESP. O Quinto Aditamento prorroga, de forma antecipada, o prazo de vigência do contrato de arrendamento até 28 de novembro de 2047.

b) Contexto operacional da filial operacional Tecon Imbituba (“Tecon Imbituba”)

A filial operacional Tecon Imbituba tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres do Porto de Imbituba, sob contrato de arrendamento com vigência de abril de 2008 a abril de 2033, por meio de operações com contêineres e afins, que envolvem a recuperação das instalações existentes e sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União, nos termos do Edital 2 da Concorrência nº 01/07 - Administração do porto.

Essa filial também incorpora as operações do Terminal de Carga Geral do Porto de Imbituba, sob contrato de arrendamento e seu aditivo nº 1 com vigência de junho de 2007 a junho de 2032, por meio da operação, conservação, melhoria e ampliação das suas instalações alfandegadas de pátios e armazém e com atracação preferencial em berço contíguo aos berços da Tecon Imbituba.

c) Contexto operacional da controlada Santos Brasil Logística S.A.
("Santos Brasil Logística")

A controlada Santos Brasil Logística, anteriormente denominada Nova Logística S.A. tem por objeto a exploração comercial da prestação de serviços de logística integrada e de desenvolvimento de soluções logísticas customizadas e seus serviços correlatos. Opera com contêineres e cargas soltas na importação e exportação e está autorizada a receber cargas em diversos regimes aduaneiros, especialmente em regime de entreposto aduaneiro em seus dois Centros Logísticos Industriais Alfandegados - CLIA's.

d) Contexto operacional da controlada Terminal de Veículos de Santos S.A. ("TVS")

Em janeiro de 2010, a controlada TVS, por meio de sua filial no município do Guarujá, assumiu as operações do Terminal de Exportação de Veículos - TEV, sob contrato de arrendamento com vigência até janeiro de 2035, tendo como objeto a administração, a operação e os investimentos nas instalações portuárias, visando à movimentação e armazenagem de veículos, relativos à exportação, importação e cabotagem, nos termos do contrato de arrendamento celebrado naquela data.

Existe a possibilidade de ampliação de áreas contíguas ao TEV, já prevista no contrato de arrendamento, contemplando aproximadamente 27.500 m², mediante a solicitação e aprovação da Administração do porto.

e) Contexto operacional da controlada Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A.
("Convicon")

A controlada indireta Convicon tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres de Vila do Conde, no município de Barcarena no Estado do Pará, desde maio de 2005 até setembro de 2018, quando assumiu o arrendamento do Terminal, conforme Aditivo nº 2 do Contrato nº 14/03, que, até então, era arrendado pela Transnav Ltda., desde setembro de 2003, por meio de implantação e exploração de pátio para movimentação e armazenagem de contêineres, veículos e afins, que envolvem a sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, outorga de direito de passagem na ponte de acesso aos píeres e utilização especial do berço de uso público 301, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União.

Em novembro de 2014, a Companhia protocolou na SEP, a proposta para prorrogação antecipada do Contrato de Arrendamento CDP 14/2003.

f) Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração do Tecon 1 com a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP

A filial operacional Tecon Santos, além do desembolso inicial na época do leilão, assumiu compromisso referente ao lance no montante de R\$74.312, decomposto em parcelas mensais e trimestrais de aluguel pela exploração da área durante o período do contrato (25 anos, renovável por igual período, conforme contrato inicial), corrigidas anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, as quais são reconhecidas no resultado pelo regime de competência, por se tratar de um arrendamento operacional.

Também efetua pagamentos mensais por serviços prestados pela CODESP com base em tabelas específicas estabelecidas pelas autoridades portuárias.

Existe o compromisso de Movimentação Mínima Contratual - MMC de embarques e desembarques nas operações dos navios. O não cumprimento das condições estipuladas na MMC, ou de qualquer outra cláusula contratual, está sujeito à multa de até 2% do somatório das parcelas mensais e trimestrais devidas nos 12 meses que antecedem o inadimplemento.

Em razão do Quinto Aditamento ao contrato original, a Companhia assumiu o compromisso de investir até o final do ano de 2020, o montante de R\$1.276.859 em obras e demais intervenções para garantir a consolidação de um terminal que alcance a capacidade dinâmica mínima de 1.500.000 contêineres por ano. O projeto executivo referente aos investimentos aprovados deverá ser apresentado a Secretaria Especial de Portos - SEP até 30 de setembro de 2016. Caso o projeto executivo não seja apresentado no prazo previsto, o termo aditivo se torna extinto. Caso o valor investido seja inferior ao compromissado, a diferença deverá ser paga em parcela única à CODESP. Será incorporada ao contrato de arrendamento da filial operacional Tecon Santos a área de 13.346 m², mediante a conclusão da extensão de 220 m² do cais público.

Esse aditamento altera o compromisso de Movimentação Mínima Contratual – MMC, a partir de 1º de outubro de 2015, que prevê a obrigação de efetuar pagamentos de valores caso não seja atingida ou exceda a MMC, conforme nota explicativa nº 18.b). A partir do final do ano de 2020 ou da conclusão dos investimentos previstos a MMC passará de 513.000 contêineres por ano para 590.000 contêineres por ano.

As instalações em exploração e os bens de propriedade da CODESP, em utilização pela filial, devem ser mantidos em perfeitas condições de uso. Todas as melhorias efetuadas nessas instalações, tais como qualquer equipamento e *software*, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança e sistemas de controle da área do porto, necessários às operações de contêineres, serão transferidas à CODESP após o término ou a extinção do contrato.

g) Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração da Tecon Imbituba com a SCPAR Porto de Imbituba S.A. - SCPAR, sucessora da Companhia Docas de Imbituba - CDI

A filial operacional Tecon Imbituba, compondo a parcela fixa do arrendamento, tem o compromisso de pagamento mensal pelo uso da área total arrendada, conforme nota explicativa nº 18.b).

O compromisso de investimentos mínimos contempla obras de ampliação da retroárea, bem como construção de área administrativa, *gates* e armazém, obras de reforço e contenção de berço e expansão desse berço em mais 120 metros. Inclui, também, a aquisição de equipamentos para o cais e a retroárea compatíveis com as instalações, ou seja, guindastes móveis de cais (*Mobile Harbour Crane* - MHC), *reach stackers*, caminhões com reboques e empilhadeiras. Novos equipamentos de cais e retroárea devem ser comprados no decorrer dos anos, para repor os existentes e aumentar a capacidade de movimentação do Terminal.

Compondo a parcela variável do arrendamento, existe o compromisso de pagamento mensal pelo uso da infraestrutura terrestre, conforme nota explicativa nº 18.b).

Existe, também, o compromisso de movimentação mínima pelo Terminal de 65.000 contêineres no primeiro ano de atividade, 150.000 contêineres no segundo ano de atividade, 280.000 contêineres no terceiro ano de atividade e 360.000 contêineres a partir do quarto ano de atividade. O não cumprimento dessa movimentação mínima implica o pagamento de valor complementar, conforme nota explicativa nº 18.b).

Padrões operacionais foram estabelecidos de modo que a Tecon Imbituba deve realizar, no mínimo, 6 movimentos por hora por terno, quando utilizado recurso de bordo, e, no mínimo, 15 movimentos por hora por terno, quando utilizado MHC.

h) Compromissos principais do contrato de exploração do Terminal de Carga Geral com a SCPAR, sucessora da CDI

A filial operacional Tecon Imbituba - Terminal de Carga Geral tem compromisso de investimentos mínimos que contemplam ampliação de armazém em 1.500 m², construção de novo armazém de 3.000 m², reparos na pavimentação, nas ruas, nas cercas e nos portões, implantação de instalações e redes de serviços e ampliação da capacidade de contêineres refrigerados. Além disso, o contrato prevê a implantação do *ISPS Code* e do Plano de Segurança Pública Portuária - PSPP do Porto de Imbituba, bem como a aquisição de equipamentos próprios para movimentação de carga geral.

O Terminal é obrigado a pagar por tonelada movimentada, mensalmente, a título da área arrendada, e por tonelada por navio, a título de remuneração de infraestrutura terrestre, conforme nota explicativa nº 18.b).

O Terminal tem compromisso de movimentação mínima de carga geral de 120 mil toneladas no primeiro ano de atividade, 140 mil toneladas no segundo ano de atividade, 180 mil toneladas no terceiro ano de atividade e 200 mil toneladas do quarto ano de atividade até o término do contrato. O não cumprimento dessa movimentação mínima implica o pagamento de valor complementar, conforme nota explicativa nº 18.b).

i) Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração do TEV com a CODESP

A TVS tem o compromisso de uma movimentação mínima pelo Terminal de 182.931 veículos no segundo ano de atividade, 214.147 veículos no terceiro ano de atividade, 250.691 veículos no quarto ano de atividade, 293.470 veículos no quinto ano de atividade e 300.000 veículos a partir do sexto ano de atividade. O não cumprimento dessa movimentação mínima implica o pagamento de valor complementar, conforme nota explicativa nº 18.b).

O compromisso de investimentos contempla, principalmente, as construções de acesso externo ao Terminal e ao cais público e a construção de *gate* e guarita para acesso interno do Terminal.

Compondo a parcela mensal do arrendamento, existem os compromissos de pagamento pelo uso da área total arrendada e da infraestrutura. Existe, também, o compromisso de pagamento por veículo movimentado, conforme nota explicativa nº 18.b).

j) Compromissos principais decorrentes do contrato de exploração da Convicon com a Companhia Docas do Pará - CDP

A Convicon tem o compromisso de efetuar a pavimentação, cerca e iluminação de, pelo menos, 20.000 m² do lote A e aquisição de equipamentos necessários para que este esteja apto a movimentar, no mínimo, 30.000 contêineres após o quinto ano da assinatura do contrato.

Como parte da remuneração garantida à CDP pelo contrato de exploração da Convicon, a controlada está obrigada a efetuar pagamentos de valores por contêiner movimentado e tonelada movimentada de carga unitizada, conforme nota explicativa nº 18.b). As instalações em exploração e os bens de propriedade da CDP, em utilização pela Convicon, deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso. Todas as melhorias efetuadas nessas instalações, como qualquer equipamento e *software*, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança e sistemas de controle da área do porto, necessários às operações de contêineres, serão transferidas à CDP após o término ou a extinção do contrato.

A Convicon tem o compromisso contratual de pagar à CDP remuneração pela exploração da Convicon ao longo do período contratual (15 anos), em parcelas de aluguéis mensais acrescidas, em setembro de cada ano, da reposição da inflação por meio do IGP-M.

Em 5 de junho de 2013, através da Lei nº 12.815, o Governo Federal estabeleceu novas diretrizes sobre a exploração direta e indireta, pela União, dos portos e das instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários e outras providências. Em 8 de janeiro de 2014, através da Resolução nº 3.220, a ANTAQ estabeleceu os procedimentos para a elaboração de projetos de arrendamentos e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de arrendamentos de áreas e instalações portuárias nos portos organizados. Em 5 de maio de 2014, através da Portaria Conjunta nº 140, a SEP aprovou a Nota Técnica nº 07/2014 que detalha a metodologia para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de arrendamento. A Administração da Companhia continua avaliando os impactos e acompanhando atentamente a regulamentação da referida legislação.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade (com relação às IFRSs e às normas do CPC)

As presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRSs), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A emissão das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foi autorizada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração em 03 de março de 2016.

b) Base de elaboração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo.
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c) Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as IFRSs e as normas do CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas estão incluídas nas notas explicativas nº 17 e nº 18.b).

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas pela Companhia e por suas controladas, de maneira consistente, em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação

- Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados, se houver, oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas controladas. Prejuízos não realizados, se houver, são eliminados da mesma maneira que são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação das participações da Controladora no patrimônio líquido das entidades controladas, direta e indiretamente.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados.

b) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras nas datas de apresentação das demonstrações contábeis são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquelas datas. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no fim do exercício de apresentação.

c) Instrumentos financeiros e de patrimônio

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas deixam de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação criada ou retida nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

A Companhia e suas controladas classificam os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e suas controladas gerenciam tais investimentos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método da taxa efetiva de juros, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes, outros créditos, partes relacionadas e precatórios, entre outros.

- Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos, que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa, são incluídos como um componente das disponibilidades, para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando têm suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, há o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método da taxa efetiva de juros.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos; debêntures; fornecedores; e outras contas a pagar.

- Capital social

Ações ordinárias e preferenciais

Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido.

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto e quando consignados ao final do exercício, são reconhecidos como passivo.

- Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de *hedge*

Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado.

- Instrumentos de patrimônio

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda e emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia.

d) Estoques

Os estoques, representados por itens de manutenção, são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado.

e) Investimentos

Os investimentos em controladas e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo, ou que estejam sob controle comum, são avaliados pela equivalência patrimonial.

f) Imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O *software* comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

- Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado, conforme incorridos.

- Depreciação

Reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo de arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que irá obter a propriedade ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Benfeitorias em imóveis de terceiros	1 a 45 anos
Equipamentos de movimentação de carga	1 a 23 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Máquinas, equipamentos e acessórios	10 anos
Instalações, móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Imóveis	46 anos
Outros itens	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis e ágio

- Ágio

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis consolidadas.

O intangível de concessão é medido pelo custo e amortizado pelo prazo de concessão. O intangível de concessão sem vida útil definida é testado e deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se necessário.

O intangível de concessão gerado nas aquisições de entidades que detêm direitos de exploração é amortizado pelo prazo do contrato e não leva em consideração a renovação.

- Concessões de serviços públicos

As filiais e controladas da Companhia, Tecon Santos, Tecon Imbituba, TVS e Convicon, possuem concessões de serviços públicos decorrentes dos contratos de arrendamento, conforme notas explicativas nº 1 e nº 14. Essas filiais e controladas atuam sob o regime de concessão; entretanto, suas atividades não se enquadram nos requerimentos das interpretações técnicas ICPCs 01 e 17 - Contratos de Concessão (*International Financial Reporting Interpretations Committee* - IFRIC 12), em virtude dos preços dos serviços prestados não serem regulamentados e/ou controlados pelo poder concedente.

- Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

- Gastos subsequentes

Capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

- Amortização

Calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, exceto ágio sem vida útil definida, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Direitos de exploração	50 anos
Ágio nas aquisições	10 a 41 anos
Softwares	10 anos

h) Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia e suas controladas assumem os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial.

i) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação das demonstrações contábeis para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época.

O valor recuperável de um ativo ou Unidade Geradora de Caixa - UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperação do capital e os riscos específicos do ativo. Para fins de teste do valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (UGC). Para fins de teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio por expectativa de rentabilidade futura foi alocado à UGC do segmento de negócio logística, conforme nota explicativa nº 31. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com a norma IFRS 8 e o pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por Segmento.

j) Benefícios a empregados

Transações de pagamentos baseados em ações

O valor justo de benefícios de pagamentos baseados em ações é reconhecido na data de outorga, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e as condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e às condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamentos baseados em ações com condição não adquirida (*nonvesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições, e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como despesa quando estão comprovadamente comprometidos, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício devido a uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha sido feita uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data de apresentação das demonstrações contábeis, eles são descontados a seus valores presentes.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago relativo aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

Plano de contribuição definida

A Companhia e suas controladas fornecem a seus colaboradores benefícios que englobam, basicamente, plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Brasilprev, conforme nota explicativa nº 7.d).

Assistência médica complementar

Os gastos com o plano de assistência médica na aposentadoria são reconhecidos pelo Método da Unidade de Crédito Projetada com base em avaliação atuarial realizada anualmente nas datas de apresentação das demonstrações contábeis. O custo de serviços passados é amortizado pelo método linear pelo período médio até que os benefícios tenham sido adquiridos.

A obrigação com benefícios de assistência médica reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados, conforme nota explicativa nº 27.

k) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e for provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

l) Receita operacional

A receita de serviços é reconhecida no resultado em virtude da respectiva prestação e está relacionada, principalmente, a operações de cais, armazenagem alfandegada e operações logísticas. As operações de cais referem-se, basicamente, ao embarque e desembarque de contêineres dos navios e são reconhecidas no resultado em virtude da conclusão das operações de cada navio. A armazenagem alfandegada está relacionada à armazenagem de carga de importação ou de exportação. A receita de armazenagem é reconhecida no resultado no momento do desembaraço aduaneiro e da retirada da carga importada pelo importador ou do embarque no navio da carga exportada. As operações logísticas são referentes, principalmente, ao transporte e à armazenagem nos centros de distribuição. A receita de armazenagem é reconhecida no resultado, quinzenalmente ou mensalmente, de acordo com o contrato do cliente, e a receita de frete é reconhecida quando ocorre a entrega da mercadoria que foi armazenada.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

m) Arrendamentos

Os pagamentos relativos a arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados por meio da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente deste quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

n) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros.

o) Imposto de renda e contribuição social

Os valores desses tributos do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas nas datas de apresentação das demonstrações contábeis, e qualquer ajuste nos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade nem o lucro ou prejuízo tributável; e diferenças relacionadas a investimentos em controladas e entidades controladas quando for provável que elas não revertam em um futuro previsível. Além disso, o imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, com base nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até as datas de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionem a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de apresentação das demonstrações contábeis e serão reduzidos à medida que sua realização não for mais provável.

p) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e da média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos períodos apresentados, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação e da norma IAS 33 - Resultado por Ação.

q) Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia e de suas controladas que desenvolvem atividades de negócio das quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revisados frequentemente pelo Presidente do Grupo (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, ativos institucionais (primariamente a sede da Companhia) e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

r) Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia optou por classificar os juros pagos e recebidos como fluxo de caixa de financiamento, e os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos como fluxo de caixa de investimento, opção essa prevista nos termos do pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

s) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as BR GAAP aplicáveis às companhias abertas, enquanto para as IFRSs representam informação financeira adicional.

t) Novas normas e interpretações ainda não adotadas

A Companhia e suas controladas não adotaram as IFRSs novas e revisadas e ainda não vigentes mencionadas a seguir:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se ao projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	Exercícios iniciados após 1º de julho de 2018.
IFRS 15 - Receitas com Clientes	Refere-se à convergência do IASB (<i>“International Accounting Standards Board”</i>), sobre o reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2018.
Modificações à IFRS 11 / CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto	Refere-se à contabilização de acordos contratuais em conjunto.	Exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2016.
Modificações à IAS 1 / CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Iniciativa de Divulgação.	Exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2016.
Modificações às IAS 16 / CPC 27 - Ativo Imobilizado e IAS 38 / CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis.	Exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2016.
Modificações à IFRS 10 / CPC 36 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 / CPC 18 - Investimento em Coligada e em Controlada	Refere-se à venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i> .	Exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2016.
Modificações à IFRS 10 / CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, IFRS 12 / CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades e IAS 28 / CPC 18 - Investimento em Coligada e em Controlada	Refere-se a entidades de investimento: aplicando a exceção de consolidação.	Exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2016.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
Modificações às IFRSs	Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2012-2014.	Exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2016.

A Administração da Companhia entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações contábeis nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

u) Ajuste a valor presente

As contas sujeitas a ajuste a valor presente são as contas a receber de clientes e as contas a pagar a fornecedores. Estas não foram trazidas a seu valor presente em virtude de os prazos de liquidação serem inferiores a 60 dias.

v) Reclassificações

Alguns valores apresentados nas demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2014 foram reclassificados para melhor apresentação e para manter o padrão de apresentação com o período corrente:

- O valor de mútuo a receber/pagar, que antes era apresentado nas variações de ativos e passivos, foi reclassificado e está sendo apresentado nos ajustes para conciliar o lucro e nos fluxos das atividades de investimento e financiamento.

w) Mudança de estimativa contábil

A partir de 1º de outubro de 2015, as benfeitorias em imóveis de terceiros e os equipamentos de movimentação de carga, apresentados na nota explicativa nº 13, assim como o direito de exploração e o ágio na aquisição das ações da Santos-Brasil S.A., apresentados na nota explicativa nº 14, tiveram, para fins contábeis, suas vidas úteis ajustadas, decorrentes da prorrogação do prazo de vigência do contrato de arrendamento (para 28 de novembro de 2047) da filial operacional Tecon Santos, mediante a celebração do Quinto Aditamento ao Contrato de Arrendamento, em 30 de setembro de 2015, conforme nota explicativa nº 1.a).

A Companhia aplicou a mudança de estimativa contábil fundamentada: (i) no parecer jurídico emitido pelo Prof. Dr. Sebastião Botto de Barros Tojal (advogado renomado e professor de direito público da USP), que ratifica o entendimento da Companhia quanto a alteração da vigência do contrato de arrendamento da filial operacional Tecon Santos; (ii) no parecer técnico-contábil emitido pelo Prof. Dr. Luiz Nelson Guedes de Carvalho (contador, parecerista, professor da USP e ex-Diretor da CVM), que ratifica o entendimento da Companhia quanto a revisão das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado e do ativo intangível; e (iii) na manifestação de concordância com a posição formalizada nos citados pareceres pelos membros do Conselho Fiscal da Companhia.

A Companhia protocolou, em 1º de março de 2016, consulta formal à CVM, no sentido de obter a manifestação quanto à aplicação da mudança de estimativa contábil em questão.

O efeito da mudança desta estimativa foi uma redução de R\$11.547, no resultado das contas de depreciação e amortização, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e das seguintes controladas integrais:

	Participação - %	
	31.12.2015	31.12.2014
Controladas diretas:		
Terminal Portuário de Veículos S.A. ("TPV")	100	100
Pará Empreendimentos Financeiros S.A. ("Pará Empreendimentos")	100	100
Terminal de Veículos de Santos S.A. ("TVS")	100	100
Numeral 80 Participações S.A. ("Numeral 80")	100	100
Santos Brasil Logística S.A. ("Santos Brasil Logística")	100	100
Controlada indireta:		
Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A. ("Convicon")	100	100

5. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros quanto para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação, com base nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

a) Contas a receber e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados nas datas de apresentação das demonstrações contábeis. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação, quando apropriado.

b) Contratos de *swaps* de taxas de juros

O valor justo de contratos de *swaps* de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade por meio do desconto de fluxos de caixa futuros estimados com base nas condições e no vencimento de cada contrato, utilizando taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da Companhia e suas controladas, quando apropriado.

c) Outros passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado com base no valor presente do principal e dos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados nas datas de apresentação das demonstrações contábeis. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

d) Transações com pagamentos baseados em ações

O valor justo das opções das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados utilizando-se da fórmula *Black-Scholes*. Variações de mensuração incluem preço das ações na data da mensuração, preço de exercício do instrumento, volatilidade esperada (baseada na média ponderada da volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos).

Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo.

6. GERENCIAMENTO DO RISCO FINANCEIRO

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do credor e do mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas dos segmentos operacionais, como também o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente por meio do conceito do Custo Médio Ponderado de Capital (*Weighted Average Cost of Capital - WACC*).

A dívida em relação ao capital nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 a seguir:

	Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014
Total dos passivos circulante e não circulante	580.307	697.399
(-) Caixa, equivalentes de caixa e outras aplicações	(189.258)	(171.689)
Dívida líquida	<u>391.049</u>	<u>525.710</u>
Total do patrimônio líquido	1.407.218	1.429.161
Relação dívida líquida sobre o patrimônio líquido	0,27789	0,36785

	Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014
Total dos passivos circulante e não circulante	611.233	732.965
(-) Caixa, equivalentes de caixa e outras aplicações	<u>(226.115)</u>	<u>(218.409)</u>
Dívida líquida	<u>385.118</u>	<u>514.556</u>
Total do patrimônio líquido	1.407.218	1.429.161
Relação dívida líquida sobre o patrimônio líquido	0,27367	0,36004

Os demais riscos, ou seja, os riscos de crédito, de liquidez e de mercado, estão apresentados na nota explicativa nº 28.

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Contrato de mútuo – controladora

	Taxas médias % CDI	31.12.2015	31.12.2014
Ativo circulante:			
Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A. (*)	100	<u>-</u>	<u>5.951</u>
Passivo circulante:			
Terminal de Veículos de Santos S.A. (**)	100,45	<u>70.427</u>	<u>69.199</u>

(*) O contrato de mútuo com a controlada Convicon tinha por objetivo o financiamento do capital de giro sendo remunerado à taxa do Certificado de Depósitos Interbancário - CDI.

(**) Equivalente à mesma rentabilidade da aplicação financeira que era mantida pela credora.

b) Prestação de serviço portuário

A filial operacional Tecon Santos prestou, no período de janeiro a dezembro de 2015, serviços portuários à controlada Santos Brasil Logística de: (i) entrega imediata de contêineres, no montante de R\$1.632 (R\$2.240 em 31 de dezembro de 2014), referente a 11.043 contêineres movimentados (15.333 contêineres em 31 de dezembro de 2014); (ii) inspeção não invasiva de contêineres, no montante de R\$1.946 (R\$2.289 em 31 de dezembro de 2014), referente a 12.068 contêineres (14.198 contêineres em 31 de dezembro de 2014). Em 31 de dezembro de 2014, a filial operacional Tecon Santos também prestou outros serviços de armazenagem e monitoramento de contêineres, no montante de R\$4, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não houve esta prestação de serviço.

A controlada Santos Brasil Logística prestou, no mesmo período à filial operacional Tecon Santos: (i) serviço de transporte de contêineres, no montante de R\$13.671 (R\$7.344 em 31 de dezembro de 2014), referente a 18.118 contêineres (9.032 contêineres em 31 de dezembro de 2014); e (ii) agenciamento de carga, no montante de R\$18 (R\$105 em 31 de dezembro de 2014), referente a 693 contêineres (4.081 contêineres em 31 de dezembro de 2014).

Os preços utilizados para faturamento foram os de mercado.

c) Remuneração do pessoal-chave

	Controladora		Controladora	
	31.12.2015		31.12.2014	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Benefícios de curto prazo	1.971	17.497	1.841	14.825
Outros benefícios	-	480	-	539
Plano de opção de compra de ações	-	5.758	-	5.878
Total	<u>1.971</u>	<u>23.735</u>	<u>1.841</u>	<u>21.242</u>

	Consolidado		Consolidado	
	31.12.2015		31.12.2014	
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho de Administração	Diretoria
Benefícios de curto prazo	1.993	17.921	1.858	15.826
Outros benefícios	-	480	-	549
Plano de opção de compra de ações	-	5.818	-	6.002
Total	<u>1.993</u>	<u>24.219</u>	<u>1.858</u>	<u>22.377</u>

Nos valores da Diretoria estão incluídos os diretores estatutários e os demais diretores.

Certos diretores são signatários de Acordo de Confidencialidade e Não Competição, aprovado pelo Conselho de Administração. No caso de rescisão, há obrigações e benefícios fixados nesse contrato.

Os diretores acionistas possuem 0,12% das ações com direito a voto da Companhia.

d) Benefícios a colaboradores - Consolidado

A Companhia e suas controladas fornecem a seus colaboradores, benefícios que englobam basicamente plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Brasilprev, seguro de vida, assistência médica, cesta básica, cartão-alimentação, vale-refeição e refeições prontas. Em 31 de dezembro de 2015, os benefícios supramencionados representaram a despesa de R\$48.183 (R\$42.941 em 31 de dezembro de 2014), correspondentes a 5,00% e 4,28% da receita operacional líquida consolidada, respectivamente.

A filial operacional Tecon Santos e as controladas Santos Brasil Logística e Terminal de Veículos incluem em suas políticas de recursos humanos o Plano de Participação nos Resultados - PPR, sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal não abrangidos por nenhum outro programa de remuneração variável oferecido por elas. As metas e os critérios de definição e distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes. Em 31 de dezembro de 2015, apenas a filial operacional Tecon Santos e a controlada Terminal de Veículos tinham provisionado o montante de R\$7.190 (R\$5.253, em 31 de dezembro de 2014, referia-se a sua controlada Santos Brasil Logística).

e) Avais e fianças

A Companhia presta garantias às suas controladas conforme segue:

- Carta de fiança referente ao contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, para a Santos Brasil Participações, no montante de R\$1.252;
- Carta de fiança referente ao contrato de aluguel com a MARC – Administração de Bens Ltda., para a Santos Brasil Participações, no montante de R\$81;
- Carta de fiança referente ao contrato de aluguel com a ABN Administração de Imóveis Ltda., para a Santos Brasil Participações, no montante de R\$94;
- Carta de fiança referente ao contrato com a Cia. de Docas do Pará - CDP, para a Convicon, no montante de R\$386;
- Fiança do contrato de aluguel do Centro de Distribuição - CD, para a Santos Brasil Logística, no montante de R\$840;
- Aval da aquisição de empilhadeiras – *reach stacker*, para a Santos Brasil Logística, no montante de €1.300.000, equivalente a R\$5.525;
- Aval da aquisição de semirreboques, para a Santos Brasil Logística, no montante de R\$4.470;
- Aval da aquisição de empilhadeiras elétricas e paleteiras, para a Santos Brasil Logística, no montante de R\$2.333;
- Aval da aquisição de empilhadeira para contêineres vazios, para a Convicon, no montante de €178.000, equivalente a R\$756;
- Aval da aquisição de caminhões, para a Convicon, no montante de R\$361.

f) Controladores

O grupo controlador, estruturado de acordo com o Edital de Leilão PND/MT/CODESP nº 01/97, cláusula 5.2.2, é composto dos acionistas *International Markets Investments C.V.*, Multi STS Participações S.A. e Brasil Terminais S.A.. Não houve nenhuma transação com o grupo controlador.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E NATUREZADAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Caixa e saldo em bancos	25.373	7.371	32.398	12.172
Aplicações financeiras	<u>163.885</u>	<u>164.318</u>	<u>193.717</u>	<u>206.237</u>
Total	<u>189.258</u>	<u>171.689</u>	<u>226.115</u>	<u>218.409</u>

b) Natureza das aplicações financeiras

	Taxas médias - % CDI	Vencimento	Controladora	
			31.12.2015	31.12.2014
Investimentos mantidos para negociação:				
Fundos de investimento	101,66	Indeterminado	<u>163.885</u>	<u>164.318</u>
Total			<u>163.885</u>	<u>164.318</u>

	Taxas médias - % CDI	Vencimento	Consolidado	
			31.12.2015	31.12.2014
Investimentos mantidos para negociação:				
Fundos de investimento	101,44	Indeterminado	<u>193.717</u>	<u>206.237</u>
Total			<u>193.717</u>	<u>206.237</u>

As taxas médias das aplicações financeiras, apresentadas anteriormente, referem-se às remunerações obtidas no período de janeiro a dezembro de 2015 e estão relacionadas à taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Circulante

	Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014
No País	84.235	65.009
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(14.436)</u>	<u>(8.983)</u>
Total	<u>69.799</u>	<u>56.026</u>

	Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014
No País	108.305	95.939
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(15.163)</u>	<u>(9.897)</u>
Total	<u>93.142</u>	<u>86.042</u>

Em 31 de dezembro de 2015, foi eliminado, para fins de consolidação, o montante de R\$2.967, referente aos valores a receber entre a Companhia e sua controlada Santos Brasil Logística, decorrente do faturamento de prestação de serviço portuário, conforme a nota explicativa nº 7.b).

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014
Créditos a vencer	35.737	32.520
Créditos em atraso até 60 dias	23.563	9.469
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	2.814	2.993
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	5.843	3.610
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	7.641	3.069
Créditos em atraso há mais de 361 dias	<u>8.637</u>	<u>13.348</u>
Total	<u>84.235</u>	<u>65.009</u>

	Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014
Créditos a vencer	53.490	53.446
Créditos em atraso até 60 dias	27.655	16.426
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	3.227	2.950
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	7.211	4.148
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	8.223	3.952
Créditos em atraso há mais de 361 dias	<u>8.499</u>	<u>15.017</u>
Total	<u>108.305</u>	<u>95.939</u>

Redução por perda do valor recuperável

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 90 dias, conforme base histórica de perda, os quais, no consolidado, totalizavam R\$23.933 em 31 de dezembro de 2015 (R\$23.117 em 31 de dezembro de 2014). Desse montante, excluem-se: (i) os créditos em cobrança sem risco de perda; e (ii) os depósitos não identificados; resultando, assim, no valor final consolidado de R\$15.163 (R\$9.897 em 31 de dezembro de 2014).

Na comparação com 31 de dezembro de 2014, observa-se um aumento na provisão para créditos de liquidação duvidosa no consolidado de R\$5.266, principalmente relacionadas aos itens abaixo:

- Durante o primeiro trimestre de 2015, houve um acréscimo na provisão para créditos de liquidação duvidosa relacionada a títulos vencidos dos TRAs, no montante de R\$51.397, conforme nota explicativa nº 17.(a);
- Baixas de créditos vencidos em consonância com o artigo 9º, § 1º, inciso II, e § 7º, inciso II da Lei nº 9.430/96, no valor de R\$51.501, em contra partida a provisão para créditos de liquidação duvidosa, principalmente relacionados ao item anterior;
- Uma redução de R\$9.394, por conta de títulos liquidados, via ações de cobrança;
- As demais variações estão relacionadas a outras provisões para créditos de liquidação duvidosa de clientes.

A baixa de créditos vencidos é efetuada conforme determina o artigo 9º, § 1º, inciso II, e § 7º, inciso II da Lei nº 9.430/96.

b) Não circulante

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014
No País	— -	<u>49.441</u>

O montante classificado como não circulante referia-se aos créditos em discussão judicial relacionados aos TRAs, conforme descrito na nota explicativa nº 17.(a).

10. PRECATÓRIOS – CONSOLIDADO

	31.12.2015	31.12.2014
Ativo não circulante:		
Precatórios a receber	<u>4.783</u>	<u>4.310</u>
Passivo não circulante:		
Precatórios a repassar para os antigos acionistas, líquidos dos honorários advocatícios (*)	<u>3.826</u>	<u>3.448</u>

(*) Os precatórios estão classificados nos balanços patrimoniais, na rubrica “Outras obrigações”, no passivo não circulante.

A controlada Santos Brasil Logística, em 1993, propôs ação de cobrança referente ao serviço prestado de armazenagem de mercadorias e não pago pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Em 2001, a referida ação foi julgada procedente, transitada em julgado, para ser recebida em dez parcelas anuais, restando em 31 de dezembro de 2015 apenas uma parcela a ser recebida, corrigida conforme índice de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e reconhecida no ativo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o valor do passivo não circulante foi ajustado, considerando a correção citada no parágrafo anterior. O contrato de aquisição da Santos Brasil Logística prevê que os valores dos precatórios recebidos deverão ser repassados aos antigos controladores. Esses valores são repassados líquidos dos honorários advocatícios a eles associados.

11. ATIVO FISCAL CORRENTE

	Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	4.661	1.408
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	4.952	13.686
Outros	<u>1.506</u>	<u>36</u>
Total do circulante	<u>11.119</u>	<u>15.130</u>

	Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014
IRRF	5.826	1.600
IRPJ e CSLL	7.340	13.958
Créditos de Programa de Integração Social - PIS/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	963	136
Outros	<u>2.017</u>	<u>715</u>
Total do circulante	<u>16.146</u>	<u>16.409</u>

A Companhia tinha registrado, em 31 de dezembro de 2015, créditos de IRRF no total de R\$4.661 (R\$1.408 em 31 de dezembro de 2014), decorrentes, principalmente, de aplicações financeiras.

Os créditos consolidados de IRPJ e CSLL, no montante de R\$7.340 (R\$13.958 em 31 de dezembro de 2014), referiam-se, principalmente, à Companhia, sendo decorrentes de pagamentos efetuados no exercício anterior, como antecipações nas apurações mensais. Tais créditos serão compensados nas apurações do exercício.

12. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA

a) Composição dos saldos

	31.12.2015	31.12.2014
Participações em controladas	<u>425.004</u>	<u>435.191</u>

b) Movimentação dos saldos - a partir de 31 de dezembro de 2013

	Numeral 80 Participações S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado)	Santos Brasil Logística S.A.	Terminal de Veículos de Santos S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	189	39	15.473	153.703	236.584	405.988
Aporte de capital	-	-	4.200	-	-	4.200
Capitalização do Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	(1.500)	-	-	(1.500)
Equivalência patrimonial	(100)	(23)	(9.830)	28.732	19.520	38.299
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(6.824)	(4.636)	(11.460)
Programa de opção de ações	-	-	(8)	70	-	62
Passivo atuarial	-	-	(22)	(371)	(5)	(398)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>89</u>	<u>16</u>	<u>8.313</u>	<u>175.310</u>	<u>251.463</u>	<u>435.191</u>

c) Movimentação dos saldos - a partir de 31 de dezembro de 2014

	Numeral 80 Participações S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado)	Santos Brasil Logística S.A.	Terminal de Veículos de Santos S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	89	16	8.313	175.310	251.463	435.191
Aporte de capital	30	20	13.004	-	-	13.054
Equivalência patrimonial	(121)	(31)	(8.802)	4.303	14.387	9.736
Dividendo complementar conforme AGO de 27 de abril de 2015	-	-	-	(15.013)	(13.908)	(28.921)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(1.022)	(3.417)	(4.439)
Programa de opção de ações	-	-	17	61	-	78
Passivo atuarial	-	-	135	144	26	305
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>(2)</u>	<u>5</u>	<u>12.667</u>	<u>163.783</u>	<u>248.551</u>	<u>425.004</u>

d) Informações das controladas - posição em 31 de dezembro de 2015

	Numeral 80 Participações S.A.	Terminal Portuário de Veículos S.A.	Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado)	Santos Brasil Logística S.A.	Terminal de Veículos de Santos S.A.
Capital social	530	320	84.014	126.374	201.051
Quantidade de ações possuídas:					
Ordinárias	365.806	319.999	84.014.349	115.935.256	204.269.217
Preferenciais	164.194	-	-	115.935.255	-
(Prejuízo) lucro do período	(121)	(31)	(8.802)	4.303	14.387
Patrimônio líquido	(2)	5	12.667	163.783	248.551
Participação no capital social - %	100	100	100	100	100
Participação no patrimônio líquido	(2)	5	12.667	163.783	248.551
Ativo circulante	1	9	7.993	57.642	81.852
Ativo não circulante	<u>36</u>	<u>-</u>	<u>24.171</u>	<u>187.839</u>	<u>175.103</u>
Total do ativo	37	9	32.164	245.481	256.955
Passivo circulante	39	4	6.282	37.928	8.308
Passivo não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13.215</u>	<u>43.770</u>	<u>96</u>
Total do passivo	39	4	19.497	81.698	8.404
Receita líquida	-	-	46.216	207.024	50.544
(Prejuízo) lucro do exercício	<u>(121)</u>	<u>(31)</u>	<u>(8.802)</u>	<u>4.303</u>	<u>14.387</u>

A data de encerramento social das controladas é a mesma da controladora.

13. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação - %	Controladora			
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
				31.12.2015	31.12.2014
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4,1	859.105	(309.751)	549.354	584.725
Equipamentos de movimentação de carga	8,4	538.398	(339.278)	199.120	215.018
Imobilizações em andamento (*)	-	13.168	-	13.168	21.397
Equipamentos de informática	20	36.647	(27.062)	9.585	9.183
Terrenos	-	31.504	-	31.504	36.553
Máquinas, equipamentos e acessórios	10	26.278	(12.826)	13.452	13.284
Instalações, móveis e utensílios	10	9.079	(5.937)	3.142	3.424
Veículos	20	3.130	(2.423)	707	1.143
Outros itens	10	252	(205)	47	44
Total		<u>1.517.561</u>	<u>(697.482)</u>	<u>820.079</u>	<u>884.771</u>

	Taxa anual de depreciação - %	Consolidado			
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
				31.12.2015	31.12.2014
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4,1 – 15,7	886.747	(325.356)	561.391	601.982
Equipamentos de movimentação de carga	8,4 – 12,4	630.526	(385.689)	244.837	268.149
Imobilizações em andamento (*)	-	29.778	-	29.778	28.153
Equipamentos de informática	20	45.167	(33.535)	11.632	12.003
Terrenos	-	57.930	-	57.930	62.979
Máquinas, equipamentos e acessórios	10	43.355	(20.354)	23.001	24.892
Instalações, móveis e utensílios	10	55.306	(23.575)	31.731	33.975
Veículos	20	3.346	(2.604)	742	1.202
Imóveis	2,2	25.181	(5.072)	20.109	20.615
Outros itens	10	635	(525)	110	138
Total		<u>1.777.971</u>	<u>(796.710)</u>	<u>981.261</u>	<u>1.054.088</u>

A movimentação do imobilizado está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Saldos líquidos iniciais	884.771	954.486	1.054.088	1.130.366
Adições/transferências:				
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10.262	12.786	9.947	18.308
Equipamentos de movimentação de carga	504	962	1.754	9.374
Imobilizações em andamento (*)	(8.135)	(6.585)	2.466	(16.323)
Equipamentos de informática	3.704	5.572	3.772	6.179
Terrenos	2.533	-	2.533	-
Máquinas, equipamentos e acessórios	2.367	1.783	2.808	6.686
Instalações, móveis e utensílios	602	671	3.239	4.646
Veículos	159	46	159	46
Outros itens	32	2	33	13
Total das adições/transferências	12.028	15.237	26.711	28.929
Baixas	(153)	(1.243)	(1.431)	(2.179)
Reclassificações	(43)	-	(51)	1
Depreciações	<u>(76.524)</u>	<u>(83.709)</u>	<u>(98.056)</u>	<u>(103.029)</u>
Saldos líquidos finais	<u>820.079</u>	<u>884.771</u>	<u>981.261</u>	<u>1.054.088</u>

(*) O valor de adições na rubrica “Imobilizações em andamento” está líquido das transferências efetuadas quando da entrada de bens em operação para os grupos que os representam.

Os custos dos empréstimos e financiamentos capitalizados consolidados, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$151 (R\$69 em 31 de dezembro de 2014), referem-se aos financiamentos diretamente atribuíveis a essas imobilizações.

A Companhia e suas controladas possuem equipamentos que foram dados em garantia aos financiamentos das respectivas aquisições (Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME e Financiamento de Importação - FINIMP). O valor de aquisição desses ativos foi de R\$114.275. Além dessas garantias, a Companhia também possui um equipamento do tipo guindaste sobre rodas (*Rubber Tyred Gantry* - RTG), dado em garantia na Ação Trabalhista nº 369/03 em andamento, que, em 31 de dezembro de 2015, tinha o valor contábil de R\$1.039.

14. INTANGÍVEL

		Controladora			
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido 31.12.2015	Valor líquido 31.12.2014
Vida útil definida:					
Direitos de exploração: (a)					
Tecon Santos	3,1	129.791	(92.874)	36.917	41.100
Tecon Imbituba	4	91.061	(37.253)	53.808	89.315
Terminal de Carga Geral	4	7.395	(2.524)	4.871	5.171
Ágio nas aquisições: (b)					
Ações da Santos-Brasil S.A.	3,1	321.264	(241.922)	79.342	88.331
Pará Empreendimentos	9,8	37.760	(28.077)	9.683	13.314
Terminal de Carga Geral	4,5	18.983	(5.461)	13.522	14.350
Softwares:					
Sistemas de processamento de dados	20	<u>22.001</u>	<u>(20.502)</u>	<u>1.499</u>	<u>2.531</u>
Total		<u>628.255</u>	<u>(428.613)</u>	<u>199.642</u>	<u>254.112</u>
		Consolidado			
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido 31.12.2015	Valor líquido 31.12.2014
Vida útil definida:					
Direitos de exploração: (a)					
Tecon Santos	3,1	129.791	(92.874)	36.917	41.100
Tecon Imbituba	4	91.061	(37.253)	53.808	89.315
Terminal de Carga Geral	4	7.395	(2.524)	4.871	5.171
Terminal de Exportação de Veículos	4	223.493	(53.638)	169.855	178.794
Ágio nas aquisições: (b)					
Ações da Santos-Brasil S.A.	3,1	321.264	(241.922)	79.342	88.331
Pará Empreendimentos	9,8	37.760	(28.077)	9.683	13.314
Terminal de Carga Geral	4,5	18.983	(5.461)	13.522	14.350
Softwares:					
Sistema de processamento de dados	20	<u>30.966</u>	<u>(28.550)</u>	<u>2.416</u>	<u>4.064</u>
		<u>860.713</u>	<u>(490.299)</u>	<u>370.414</u>	<u>434.439</u>
Vida útil indefinida:					
Ágio nas aquisições: (c)					
Santos Brasil Logística (*)	-	<u>47.575</u>	<u>(8.110)</u>	<u>39.465</u>	<u>39.465</u>
		<u>47.575</u>	<u>(8.110)</u>	<u>39.465</u>	<u>39.465</u>
Total		<u>908.288</u>	<u>(498.409)</u>	<u>409.879</u>	<u>473.904</u>

(*) Amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008.

A movimentação do intangível está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Saldos líquidos iniciais	254.112	281.314	473.904	510.154
Adições/transferências:				
<i>Softwares</i>	94	360	105	975
Perdas por desvalorização de ativo (d)	(30.639)	-	(30.639)	-
Baixas	-	-	(12)	-
Reclassificações	44	-	52	(13)
Amortização	<u>(23.969)</u>	<u>(27.562)</u>	<u>(33.531)</u>	<u>(37.212)</u>
Saldos líquidos finais	<u>199.642</u>	<u>254.112</u>	<u>409.879</u>	<u>473.904</u>

(a) Direitos de exploração

Os direitos de exploração são referentes às parcelas que compuseram os valores pagos pela exploração comercial das instalações portuárias relacionadas, Tecon 1 Santos, desde 29 de novembro de 1997 (nota explicativa nº 1.a)), Tecon Imbituba, desde 7 de abril de 2008 (nota explicativa nº 1.b)), e Terminal de Carga Geral Imbituba, desde 13 de fevereiro de 2006 (nota explicativa nº 1.b)), sendo amortizados pelos prazos dos respectivos contratos de arrendamento, todos de 25 anos.

Conforme nota explicativa nº 1.d), a controlada TVS foi declarada a vencedora da licitação do TEV e, no ato da assinatura do contrato, efetuou o pagamento inicial de R\$133.495, além dos custos com a licitação, no montante de R\$4.711, e em 4 de janeiro de 2010 efetuou o pagamento final, no montante de R\$85.287, assumindo nessa mesma data as operações do TEV, mediante o Termo de Entrega e Recebimento da Área.

(b) Ágio nas aquisições - com vida útil definida

No exercício de 2006, os antigos acionistas da então controlada Santos-Brasil outorgaram opções de compra para suas ações, que foram exercidas por terceiros, com ágio de R\$321.264. No mesmo exercício, a então controlada Santos-Brasil procedeu à incorporação reversa das empresas adquirentes das opções de compra, incluindo o referido ágio, o qual foi amortizado até 31 de dezembro de 2008 tendo como base seu aproveitamento fiscal em cinco anos, conforme as regras legais aplicáveis. A partir de 1º de janeiro de 2009, segundo a orientação técnica OCPC 02 - Esclarecimentos sobre as Demonstrações Contábeis de 2008, esse ágio, fundamentado na expectativa de rentabilidade futura durante o prazo do contrato de arrendamento do Tecon 1 Santos (nota explicativa nº 1.a)), foi considerado com vida útil definida e sua amortização irá acompanhar o prazo residual do contrato de arrendamento.

A aquisição da Convicon foi consumada em 9 de abril de 2008, por meio da controlada Nara Valley, pelo montante de R\$45.000, que, comparado com a situação líquida patrimonial contábil na data de aquisição, gerou ágio no valor de R\$37.760. Essa transação ocorreu por meio da aquisição de 75% das ações ordinárias representativas do capital social da Pará Empreendimentos Financeiros S.A., que detém 100% das ações ordinárias representativas do capital social da Convicon.

O fundamento econômico do ágio na aquisição da Convicon é o de expectativa de rentabilidade futura durante o prazo de arrendamento do Terminal de Contêineres de Vila do Conde (nota explicativa nº 1.e)) e está sendo amortizado no prazo residual desse contrato.

A aquisição de 100% das ações ordinárias representativas do capital social da então Union, na época arrendatária do Terminal de Carga Geral de Imbituba, por meio da então controlada Tremarctos Participações S.A., foi acordada pelo montante de R\$25.000, gerando ágio de R\$18.983.

O fundamento econômico do ágio de aquisição do Terminal de Carga Geral é o de expectativa de rentabilidade futura durante o prazo do contrato de arrendamento do referido terminal e está sendo amortizado no prazo residual desse contrato.

(c) Ágio nas aquisições - com vida útil indefinida

A aquisição da Santos Brasil Logística, na época denominada Mesquita (nota explicativa nº 1.c)), foi consumada em 1º de novembro de 2007, pelo montante de R\$95.000, que, comparado com a situação líquida patrimonial contábil, gerou ágio no valor de R\$47.575.

O fundamento econômico do ágio de aquisição da Santos Brasil Logística é o de expectativa de rentabilidade futura e, até 31 de dezembro de 2008, foi amortizado tendo como base o seu aproveitamento fiscal em cinco anos, conforme as regras legais aplicáveis. A partir de 1º de janeiro de 2009, sua amortização foi interrompida, tendo em vista que as operações relacionadas não têm prazo definido; todavia, sua recuperação é testada anualmente e, se necessária, uma provisão é registrada.

Para o propósito de teste de redução ao valor recuperável, o ágio foi alocado ao segmento de negócio de logística - Santos Brasil Logística, por corresponder ao nível mais baixo da UGC. O ágio é monitorado para os propósitos da Administração interna, nunca acima dos segmentos operacionais da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2015, foi efetuado teste de recuperação, considerando o orçamento anual para o exercício de 2016 e o planejamento de longo prazo até 2025, elaborado para a controlada Santos Brasil Logística, a qual representa o segmento de negócio de logística, com as seguintes premissas mais relevantes:

- Crescimento dos volumes de armazenagem alfandegada, acompanhando o crescimento do mercado até atingir a capacidade instalada.
- Crescimento dos volumes no negócio de centros de distribuição e transporte.
- Obtenção de ganhos de escala no crescimento dos custos fixos.
- Taxa real de desconto de 7,55%, aplicada no conceito de fluxo de caixa descontado, tendo o *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* - EBITDA como fluxo de entrada de recursos e o valor em uso dos bens ao ativo imobilizado e intangível como fluxos de saída de recursos.
- Na data-base de 31 de dezembro de 2015 foi tomado o montante dos ativos operacionais, no qual está inserido o valor líquido do ágio.

O teste de recuperação comprovou o retorno econômico sobre os ativos operacionais, incluindo o ágio.

Análise de sensibilidade das premissas:

O valor recuperável estimado da unidade logística é superior ao valor dos ativos operacionais em 31 de dezembro de 2015, nos quais está inserido o ágio. A Administração não espera impacto quanto ao valor recuperável, com base nas premissas adotadas/utilizadas para o cálculo.

(d) Perdas por desvalorização de ativo

Em 31 de dezembro de 2015, foi efetuado teste de recuperação, considerando o orçamento anual para o exercício de 2016 e o planejamento de longo prazo até 2033, elaborado para a filial operacional Tecon Imbituba, com as seguintes premissas mais relevantes:

- Crescimento dos volumes de armazenagem alfandegada, acompanhando o crescimento do mercado até atingir a capacidade instalada.
- Crescimento dos volumes.
- Obtenção de ganhos de escala no crescimento dos custos fixos.
- Taxa real de desconto de 7,55%, aplicada no conceito de fluxo de caixa descontado, tendo o *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* - EBITDA como fluxo de entrada de recursos e o valor em uso dos bens ao ativo imobilizado e intangível como fluxos de saída de recursos.
- Na data-base de 31 de dezembro de 2015 foi tomado o montante dos ativos operacionais, no qual está inserido o valor líquido do direito de exploração.

O valor recuperável estimado na filial operacional Tecon Imbituba é inferior em R\$30.639 ao valor dos ativos operacionais de R\$412.076 em 31 de dezembro de 2015, nos quais está inserido o direito de exploração. Mesmo que haja alterações significativas nas premissas adotadas, o valor contábil não será superior ao valor recuperável.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Juros	Atualizações	Amortização	Controladora	
				31.12.2015	31.12.2014
Moeda nacional:					
FINAME	4% a.a.	-	Mensal	389	520
Nota de Crédito à Exportação - NCE - Safra	1,60% a.a.	CDI	Semestral	150.000	150.000
(-) Custos de captação				(375)	(375)
Valor líquido captado				149.625	149.625
Juros e custos apropriados				33.653	30.966
(-) Amortização da dívida				(183.278)	(150.261)
				-	30.330

NCE - Safra	1,29% a.a.	CDI	Semestral	120.000	120.000
(-) Custos de captação				<u>(360)</u>	<u>(360)</u>
Valor líquido captado				119.640	119.640
Juros e custos apropriados				39.059	26.022
(-) Amortização da dívida				<u>(99.395)</u>	<u>(38.024)</u>
				<u>59.304</u>	<u>107.638</u>
NCE - BB	1,29% a.a.	CDI	Trimestral	30.000	30.000
(-) Custos de captação				<u>(90)</u>	<u>(90)</u>
Valor líquido captado				29.910	29.910
Juros e custos apropriados				10.105	6.569
(-) Amortização da dívida				<u>(20.011)</u>	<u>(6.500)</u>
				<u>20.004</u>	<u>29.979</u>
<i>Leasing</i>	0,84% a.m.	-	Mensal	<u>487</u>	<u>927</u>
				<u>80.184</u>	<u>169.394</u>
Moeda estrangeira:					
FINIMP	LIBOR/EURIBOR	Variação	Semestral		
	+ 1,84% a 4,65% a.a.	cambial		43.039	50.509
<i>Darby Brazil Mezzanine</i>	-	Variação	-		
		cambial		<u>711</u>	<u>716</u>
				<u>43.750</u>	<u>51.225</u>
Total				<u>123.934</u>	<u>220.619</u>
(-) Parcelas de curto prazo				(78.625)	(100.213)
Parcelas de longo prazo				45.309	120.406

				Consolidado	
	Juros	Atualizações	Amortização	31.12.2015	31.12.2014
Moeda nacional:					
FINAME	3,05% a.a. a 8,70% a.a.	URTJLP	Mensal	11.333	18.428
NCE	1,29% a.a. a 1,60% a.a.	CDI	Semestral	79.308	167.947
<i>Leasing</i>	0,84% a.m.	-	Mensal	487	927
Capital de giro	113% do CDI	CDI	Mensal	1.946	5.402
Conta garantida	0,77% a.m. até 2,75% a.m.	-	-	-	649
				<u>93.074</u>	<u>193.353</u>
Moeda estrangeira:					
FINIMP	LIBOR/EURIBOR	Variação	Mensal/		
	+ 1,84% até 4,72% a.a.	cambial	trimestral/semestral	61.924	60.738
<i>Darby Brazil Mezzanine</i>	-	Variação	-		
		cambial		<u>711</u>	<u>716</u>
				<u>62.635</u>	<u>61.454</u>
Total				<u>155.709</u>	<u>254.807</u>
(-) Parcelas de curto prazo				(91.593)	(114.644)
Parcelas de longo prazo				64.116	140.163

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira têm os juros acrescidos do IRRF na remessa, conforme previsão contratual.

Os empréstimos e financiamentos não possuem *covenants*.

Garantias

- Garantias concedidas

	<u>Vencimento</u>	<u>Moeda</u>	<u>Garantias</u>
FINAME	Maio/19	R\$	Equipamento objeto da transação (a)
FINIMP	Abril/19	US\$/€	Equipamento objeto da transação (a)
<i>Darby Brazil Mezzanine</i>	(b)	US\$	Não há
NCE - Banco Safra	Maio/17	R\$	Recebíveis

(a) Conforme a nota explicativa nº 13.

(b) Pagamento aguardando formalização do contrato para remessa.

- Garantias obtidas

Na data-base de 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possuía nenhuma garantia tomada decorrente das operações em aberto nem de nenhuma outra operação existente.

Em 31 de dezembro de 2015, a dívida de longo prazo tinha a seguinte estrutura de vencimento:

	<u>Controladora</u>		
	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>Total</u>
NCE	28.107	-	28.107
FINAME	130	130	260
FINIMP	<u>14.945</u>	<u>1.997</u>	<u>16.942</u>
Total	<u>43.182</u>	<u>2.127</u>	<u>45.309</u>

	<u>Consolidado</u>			
	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>Total</u>
NCE	28.107	-	-	28.107
FINAME	3.906	1.867	399	6.172
Capital de giro	564	-	-	564
FINIMP	<u>21.120</u>	<u>7.983</u>	<u>170</u>	<u>29.273</u>
Total	<u>53.697</u>	<u>9.850</u>	<u>569</u>	<u>64.116</u>

16. DEBÊNTURES

	Juros	Atualizações	Amortização	Controladora e consolidado	
				31.12.2015	31.12.2014
Debêntures 2014	0,96% a.a.	CDI	Semestral	100.000	100.000
(-) Custos das debêntures				<u>(504)</u>	<u>(504)</u>
Valor líquido captado				99.496	99.496
(+) Juros e custos apropriados				20.313	9.448
(-) Amortização de principal e juros				<u>(57.434)</u>	<u>(5.802)</u>
				<u>62.375</u>	<u>103.142</u>
Debêntures 2015	1,40% a.a.	CDI	Semestral	115.000	-
(-) Custos das debêntures				<u>(791)</u>	<u>-</u>
Valor líquido captado				114.209	-
(+) Juros e custos apropriados				7.255	-
(-) Amortização de principal e juros				<u>-</u>	<u>-</u>
				<u>121.464</u>	<u>-</u>
Total				<u>183.839</u>	<u>103.142</u>
(-) Parcelas de curto prazo				(49.309)	(43.352)
Parcelas de longo prazo				134.530	59.790

Em 14 de março de 2014, foi aprovada pelo Conselho de Administração a proposta de captação de recursos financeiros para Companhia por meio de emissão de debêntures simples não conversíveis em ações. As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. Com a operação liquidada em 2 de abril de 2014, foram captados recursos no montante de R\$100.000 destinados para o reforço de capital de giro da Companhia, com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI, acrescido de sobretaxa de 0,96% a.a., e com vencimento de 3 anos contados da data de emissão.

Em 29 de julho de 2015, foi aprovada pelo Conselho de Administração a proposta de nova captação de recursos financeiros para Companhia por meio de emissão de debêntures simples não conversíveis em ações. Com a operação liquidada em 28 de agosto de 2015, foram captados recursos no montante de R\$115.000, com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI, acrescido de sobretaxa de 1,40% a.a., e com vencimento de 3 anos contados da data de emissão. Os recursos captados foram destinados para o reforço de capital de giro da Companhia.

17. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia e suas controladas estão expostas a certos riscos, representados em processos tributários e reclamações trabalhistas e cíveis, que são provisionados nas demonstrações contábeis em virtude de serem considerados como de chance de êxito remota. O procedimento de determinação dos processos provisionados é considerado adequado pela Administração, levando em consideração vários fatores, incluindo (mas não se limitando) a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a natureza dos processos e a experiência histórica.

Os valores provisionados relativos às contingências em discussão judicial eram:

	Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014
Processo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE - multa (a)	-	1.863
Processo CADE - faturamento TRA (a)	-	92.266
Provisão trabalhista (b)	25.011	18.575
Provisão para processo Fator Acidentário de Prevenção - FAP (c)	7.173	6.021
Outros processos (d)	3.501	3.836
Total	<u>35.685</u>	<u>122.561</u>

	Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014
Processo CADE - multa (a)	-	1.863
Processo CADE - faturamento TRA (a)	-	92.266
Provisão trabalhista (b)	33.711	28.722
Provisão para processo FAP (c)	8.929	7.495
Outros processos (d)	3.718	3.979
Total	<u>46.358</u>	<u>134.325</u>

Os valores dos depósitos judiciais eram:

	Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014
Relativos às contingências:		
Processo CADE - multa (a)	1.978	1.863
Processo CADE - faturamento TRA (a)	150.817	134.185
Processos trabalhistas (b)	8.678	6.781
Processo FAP (c)	4.469	4.065
Outros processos (d)	1.073	1.073
Outros depósitos judiciais (e)	36.979	36.188
Subtotal	<u>203.994</u>	<u>184.155</u>
Relativo a fornecedor:		
SCPar Porto de Imbituba S.A. ("SCPar") (f)	15.083	15.083
Subtotal	<u>15.083</u>	<u>15.083</u>
Total	<u>219.077</u>	<u>199.238</u>

	Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014
Relativos às contingências:		
Processo CADE - multa (a)	1.978	1.863
Processo CADE - faturamento TRA (a)	150.817	134.185
Processos trabalhistas (b)	11.956	9.801
Processo FAP (c)	5.593	5.091
Outros processos (d)	1.073	1.073
Outros depósitos judiciais (e)	42.408	41.446
Subtotal	<u>213.825</u>	<u>193.459</u>
Relativo a fornecedor:		
SCPar (f)	<u>15.083</u>	<u>15.083</u>
Subtotal	<u>15.083</u>	<u>15.083</u>
Total	<u>228.908</u>	<u>208.542</u>

- (a) Os provisionamentos relacionados ao CADE referem-se ao processo que tramitou nesse órgão sobre acusação de possíveis condutas infringentes à ordem econômica, envolvendo várias empresas exploradoras de cais arrendado ou administração privada, inclusive a filial operacional Tecon Santos.

A questão debatida referia-se à legalidade da cobrança feita aos TRAs pelos serviços de segregação e entrega de contêineres. Esse processo foi julgado, e a Companhia foi condenada a: (i) multa pecuniária; e (ii) interrupção da cobrança feita aos TRAs. A filial operacional Tecon Santos ingressou com medida judicial e obteve liminar para retomar a cobrança mediante depósitos judiciais integrais dos valores cobrados e do valor integral da multa pecuniária aplicada pelo CADE, o que foi feito, resultando em depósitos judiciais nos valores de R\$121.149 e R\$1.978, respectivamente. A filial operacional Tecon Santos ingressou com duas outras medidas judiciais para suspender a exigibilidade dos tributos decorrentes do faturamento depositado em juízo: (i) uma ação na Justiça Federal, que engloba o PIS, a COFINS, o IRPJ e a CSLL; e (ii) outra que tramita na Comarca do Guarujá, englobando o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, com valores totais já depositados de R\$29.668.

A mencionada ação judicial foi julgada em 4 de setembro de 2013, tendo a magistrada de primeiro grau provido parcialmente o pedido principal cancelando a proibição de cobrança abusivamente feita pelo CADE, mas mantendo a multa imposta por entender que teria o CADE exercido, com relação à multa apenas, a sua competência normativa. Quanto à proibição da cobrança, a decisão afirmou ser nula a decisão do CADE, pois a competência de regular o setor portuário é exclusiva da ANTAQ. Essa competência foi corretamente exercida pela CODESP por meio das Decisões DIREXE nº 371.2005 e nº 50.2006 definindo os valores máximos dos serviços a que se referem a lide.

A Companhia interpôs Embargos de Declaração requerendo que fosse apreciada a continuidade dos depósitos judiciais das cobranças dos serviços até o trânsito em julgado da ação e dos depósitos judiciais dos tributos, além de outras questões reflexas. Os Embargos de Declaração foram julgados e publicados em 4 de novembro de 2013 e a decisão autorizou apenas que continuassem os depósitos dos tributos incidentes em face da cobrança dos serviços, mas não autorizou os depósitos judiciais dos valores das faturas emitidas pela Companhia.

Dessa decisão judicial resultaram os seguintes efeitos para a Companhia: (i) passou a dispor dos valores faturados, que não mais deverão ser depositados; (ii) cobrou os valores retroativos de faturamentos que estavam represados; e (iii) requereu judicialmente o levantamento dos depósitos judiciais dos serviços. Também, os assessores jurídicos da Companhia no processo passaram a classificar o processo judicial como de “êxito provável” até o trânsito em julgado, principalmente considerando que a decisão de primeiro grau se referiu à incompetência normativa do CADE sobre a matéria.

Quanto ao levantamento dos depósitos judiciais dos serviços faturados e recebidos até a sentença, a magistrada de primeiro grau proferiu decisão contrária, que foi mantida pelo TRF ao negar antecipação de tutela recursal no Agravo de Instrumento por entender inexistir, neste momento processual, o “periculum in mora”, justificando: (i) a possibilidade de recurso pelas partes; e (ii) não estar afetando a situação de liquidez a não disponibilidade desses valores para a Companhia.

Assim, em razão do exposto acima e ainda considerando que os serviços prestados a três TRAs, dois deles litisconsortes no processo e o terceiro contestando judicialmente a cobrança, a Companhia efetuou, em 2013, a reversão parcial da provisão para contingências constituída até a sentença, excluindo dessa reversão os valores relacionados a esses TRAs.

Em 26 de março de 2015 foi publicado o acórdão em que a Colenda 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em São Paulo, julgou o reexame necessário (recurso do próprio juiz) e as apelações interpostas pelas partes, decidiu, por unanimidade, (i) dar provimento à remessa oficial, dar provimento parcial ao recurso da Companhia para o fim de anular a decisão do CADE e a consequente imposição de multa, (ii) negar provimento aos recursos do CADE, (iii) dar provimento ao recurso da União Federal para excluí-la da lide e (iv) julgar prejudicado o pedido formulado na inicial em face da CODESP.

Assim, em razão do exposto acima e considerando as chances remotas de perdas por seus assessores jurídicos externos, a Companhia efetuou a reversão da parcela remanescente da provisão para contingências constituída até a sentença retromencionada.

Esse procedimento de reversão complementar gerou os seguintes efeitos no trimestre findo em 31 de março de 2015: (i) baixa da Provisão CADE - Faturamento TRA em R\$95.399; (ii) reconhecimento dos impostos incidentes sobre a venda em R\$10.335; (iii) complemento para provisão para créditos de liquidação duvidosa em R\$51.397; tais lançamentos resultaram no trimestre acréscimo do lucro antes do imposto de renda e da contribuição social em R\$30.362 e acréscimo do lucro líquido do trimestre em R\$20.038.

- (b) Referem-se a processos de responsabilidade: (i) da filial operacional Tecon Santos, provisionados no montante de R\$25.011, para os quais existem depósitos judiciais de R\$8.678; (ii) da controlada Santos Brasil Logística, provisionados no montante de R\$1.057, para os quais existem depósitos judiciais de R\$308; e (iii) da controlada Convicon, provisionados no montante de R\$7.643, para os quais existem depósitos judiciais de R\$2.970.
- (c) O provisionamento refere-se às impugnações administrativas apresentadas perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em razão da nova sistemática de cálculo da contribuição previdenciária, baseada na criação de índice multiplicador denominado FAP, calculado principalmente com base no número de acidentes do trabalho ocorridos nas empresas e de afastamentos de funcionários em comparação com as empresas que exercem a mesma atividade econômica (Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE). Diante da manutenção da cobrança, foi ajuizada medida cautelar requerendo autorização para o depósito judicial e suspensão da exigibilidade do crédito tributário referente ao FAP do ano 2010. A liminar foi deferida autorizando o depósito integral dos créditos da controladora, no montante de R\$4.469, e de suas controladas composto de: (i) R\$1.051 - Santos Brasil Logística; (ii) R\$52 - Convicon; e (iii) R\$21 - Terminal de Veículos. Posteriormente, foi ajuizada ação ordinária para discussão da constitucionalidade e legalidade do FAP. Também foram ajuizadas ações ordinárias referentes ao FAP do ano 2011 da Santos Brasil Logística e ao FAP de 2012 da Santos Brasil Participações S.A., visando à suspensão da exigibilidade do débito mediante a realização de depósitos judiciais.
- (d) O provisionamento no montante de R\$3.718 refere-se, principalmente: (i) à cláusula de sucesso prevista na defesa do processo tributário, de probabilidade de êxito possível, referente ao auto de infração e termo de sujeição passiva solidária da Receita Federal do Brasil, recebido em 14 de dezembro de 2012, no montante de R\$2.000; e (ii) à ação regressiva da seguradora responsável pela indenização ao cliente, em razão de danos causados à carga armazenada, integralmente depositada no montante de R\$1.026.
- (e) Os depósitos judiciais classificados como outros, relacionados à controladora, estão compostos de: (i) depósito referente ao alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos exercícios de 1999 a 2003, nos montantes de R\$1.337 e R\$8.428, respectivamente, cujas provisões foram estornadas; (ii) questionamento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF sobre a transferência dos empréstimos no processo de incorporação, no valor de R\$2.445; (iii) depósito referente a tributos federais que impediam a emissão da Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, no valor de R\$14.261; (iv) depósito de INSS e de imposto de renda sobre o Plano de Demissão Voluntária - PDV e do Fundo de Natureza Não Salarial do Sindicato dos Estivadores - SINDESTIVA de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão, no valor de R\$1.685; e (v) outros depósitos nas esferas tributária e civil, no valor de R\$8.823. Os depósitos judiciais classificados como outros, relacionados a: (i) controlada Santos Brasil Logística, referem-se a execuções fiscais de tributos federais que impediam a obtenção da Certidão Negativa da Dívida Ativa, no montante de R\$4.129, a processos trabalhistas, no montante de R\$604 e a bloqueios judiciais, no montante de R\$6; (ii) controlada Convicon, referem-se a processos trabalhistas, no montante de R\$482, e a bloqueios judiciais de R\$142; (iii) controlada Terminal de Veículos, referem-se a processos trabalhistas, no montante de R\$30; e (iv) controlada Numeral 80, referem-se a bloqueios judiciais, no montante de R\$36.

- (f) Em 26 de novembro de 2012, foi celebrado entre a União e o Estado de Santa Catarina o Convênio de Delegação nº 01/2012, pelo qual a União delegou a administração e a exploração do Porto de Imbituba para a SCPAR, uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, a partir de 25 de dezembro de 2012. A Companhia Docas de Imbituba S.A., administradora anterior, moveu processo contra a ANTAQ e a União, pleiteando a manutenção da vigência do seu contrato de concessão até dezembro de 2016. A Companhia, diante dessa situação, decidiu efetuar os pagamentos das suas obrigações relacionadas aos seus contratos de exploração do Terminal de Contêineres e do Terminal de Carga Geral naquele porto, por meio de depósitos judiciais vinculados ao processo em andamento, no montante de R\$23.774. Em julho de 2014, a SCPAR - Porto de Imbituba, através de deferimento judicial levantou o valor de R\$8.691. Em 31 de dezembro de 2015, esses depósitos representavam o montante de R\$15.083. O valor relacionado a esse montante está provisionado no passivo não circulante, na rubrica "Fornecedores".

Os processos referentes à controlada Santos Brasil Logística, mencionados no item (b), cuja origem tenha sido anterior à data de sua aquisição, conforme determinação contratual, serão de responsabilidade de seus antigos acionistas. Assim, o montante de R\$610 foi reconhecido no ativo não circulante, na rubrica "Outros Ativos".

A movimentação das provisões para contingências, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, está demonstrada nos quadros a seguir:

	Controladora			
	Saldo em 31.12.2014	Adições	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2015
Processo CADE - multa	1.863	25	(1.888)	-
Processo CADE - faturamento TRA	92.266	1.276	(93.542)	-
Provisão trabalhista	18.575	254	6.182	25.011
Provisão FAP	6.021	1.152	-	7.173
Outros processos	<u>3.836</u>	<u>(306)</u>	<u>(29)</u>	<u>3.501</u>
Total	<u>122.561</u>	<u>2.401</u>	<u>(89.277)</u>	<u>35.685</u>
	Saldo em 31.12.2013	Adições	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2014
Processo CADE - multa	1.767	96	-	1.863
Processo CADE - faturamento TRA	81.159	11.144	(37)	92.266
Provisão trabalhista	16.401	137	2.037	18.575
Provisão FAP	4.749	1.272	-	6.021
Outros processos	<u>3.865</u>	<u>30</u>	<u>(59)</u>	<u>3.836</u>
Total	<u>107.941</u>	<u>12.679</u>	<u>1.941</u>	<u>122.561</u>

Consolidado				
	Saldo em 31.12.2014	Adições	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2015
Processo CADE - multa	1.863	25	(1.888)	-
Processo CADE - faturamento TRA	92.266	1.276	(93.542)	-
Provisão trabalhista	28.722	266	4.723	33.711
Provisão FAP	7.495	1.672	(238)	8.929
Outros processos	<u>3.979</u>	<u>(232)</u>	<u>(29)</u>	<u>3.718</u>
Total	<u>134.325</u>	<u>3.007</u>	<u>(90.974)</u>	<u>46.358</u>

	Saldo em 31.12.2013	Adições	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2014
Processo CADE - multa	1.767	96	-	1.863
Processo CADE - faturamento TRA	81.159	11.144	(37)	92.266
Provisão trabalhista	23.920	1.809	2.993	28.722
Provisão FAP	5.866	1.629	-	7.495
Outros processos	<u>4.347</u>	<u>30</u>	<u>(398)</u>	<u>3.979</u>
Total	<u>117.059</u>	<u>14.708</u>	<u>2.558</u>	<u>134.325</u>

(*) Referem-se a reversão de provisão, processos encerrados, acréscimos e reduções de contingências ou alterações da probabilidade de êxito.

O montante de R\$4.723 de outras movimentações de provisão trabalhista está composto de: (i) R\$9.444 referentes a alterações de valor de contingência; (ii) R\$10.204 referentes a alterações de probabilidade de êxito; e (iii) R\$(14.925) referentes a baixas com pagamento de condenação.

Além dos processos anteriormente citados, a Companhia e suas controladas possuem processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de chance de êxito possível, no montante de R\$445.268, nesse caso nenhuma provisão para perda foi registrada nas demonstrações contábeis.

A movimentação dos processos possíveis, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, está demonstrada a seguir:

Natureza da ação	Saldo em 31.12.2014	Adições	Outras movimentações (*)	Saldo em 31.12.2015
Aduaneira	15.617	-	10	15.627
Cível	23.228	1.624	(3.851)	21.001
Trabalhista	50.860	12.784	(27.805)	35.839
Tributária	364.332	8.156	162	372.650
Outras	<u>79</u>	<u>72</u>	<u>-</u>	<u>151</u>
Total	<u>454.116</u>	<u>22.636</u>	<u>(31.484)</u>	<u>445.268</u>

(*) Referem-se a processos encerrados, acréscimos e reduções de contingência ou alterações da probabilidade de êxito.

Em 14 de dezembro de 2012, a Companhia e sua controlada Numeral 80 receberam auto de infração e termo de sujeição passiva solidária da Receita Federal do Brasil, efetuando a cobrança de valores relativos à IRPJ e CSLL, no montante de R\$334.495, classificado no quadro anterior como natureza tributária, que, segundo o referido auto, a Numeral 80 teria deixado de recolher nos exercícios de 2006 a 2011, em virtude da amortização, para fins fiscais, do ágio a ela transferido pela incorporação das sociedades adquirentes de ações de sua emissão, operação esta aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Numeral 80 (então Santos-Brasil S.A.), em 30 de maio de 2006 (incorporação).

A Administração da Companhia e da sua controlada Numeral 80 impugnou o referido auto de infração no prazo regulamentar, reafirmando seu entendimento de que o ágio gerado na aquisição das participações acionárias detidas na Numeral 80 (então Santos-Brasil S.A.) e a ela transferido por meio da incorporação foi constituído regularmente, em estrita conformidade com a legislação societária e fiscal.

Em 17 de outubro de 2013, foi recebida intimação dando ciência do acórdão da Delegacia da Receita Federal do julgamento da 1ª Turma da DRJ em São Paulo-I/SP, que deu como parcialmente procedente as impugnações apresentadas e reduziu a multa de ofício aplicada para 75%, passando, dessa forma, o valor do crédito tributário para R\$283.466, atualizados e com risco de perda considerado como possível pelos assessores jurídicos externos da Companhia.

Nessa intimação também consta que a Fazenda Nacional efetuou interposição de recurso relativamente aos débitos exonerados, totalizando o valor atualizado de R\$69.328, classificados como de risco de perda remoto pelos referidos assessores jurídicos.

A Administração da Companhia e da sua controlada Numeral 80 efetuou interposição de recurso no prazo regulamentar.

18. ARRENDAMENTO - CONSOLIDADO

a) Arrendamento financeiro

A Companhia possui 13 ativos com contrato de arrendamento mercantil financeiro (*leasing*). Os contratos possuem prazo de duração de 3 anos, com cláusulas de opção de compra.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado.

Valor contábil líquido dos bens obtidos por meio de contratos de arrendamento financeiro:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Equipamentos de informática	599	799
Sistemas de processamento de dados	<u>191</u>	<u>254</u>
Total	<u>790</u>	<u>1.053</u>

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia reconheceu como juros o montante de R\$71, relativo a despesas financeiras, e R\$263 relativo à despesa de depreciação.

Os pagamentos futuros mínimos, em 31 de dezembro de 2015, estavam segregados da seguinte forma:

	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos
De um a três anos	<u>483</u>	<u>4</u>	<u>487</u>

b) Arrendamento operacional

A Companhia, por meio de suas filiais, e suas controladas possuem contratos de concessão e parcelas de arrendamento a serem apropriados ao resultado, por competência. Esses valores serão corrigidos anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas - IGP-M/FGV.

	2016	2017	2018	2019 - término do contrato	Total
<u>Contratos</u>					
Tecon Santos	34.248	34.248	34.248	990.325	1.093.069
Tecon Imbituba	2.893	2.893	2.893	41.472	50.151
Terminal de Carga Geral	50	50	50	671	821
Convicon	903	903	903	-	2.709
Terminal de Veículos	<u>3.431</u>	<u>3.431</u>	<u>3.431</u>	<u>55.185</u>	<u>65.478</u>
Total	<u>41.525</u>	<u>41.525</u>	<u>41.525</u>	<u>1.087.653</u>	<u>1.212.228</u>

Períodos de vigência dos contratos

<u>Contratos</u>	Início do contrato	Término do contrato
Tecon Santos	Novembro/1997	Novembro/2047
Tecon Imbituba	Abril/2008	Abril/2033
Terminal de Carga Geral	Junho/2007	Junho/2032
Convicon	Setembro/2003	Setembro/2018
Terminal de Veículos	Janeiro/2010	Janeiro/2035

Seguro garantia

<u>Contratos</u>	Vigência
Tecon Santos	Abril/2015 a abril/2016
Tecon Imbituba	Julho/2015 a julho/2016
Terminal de Veículos	Julho/2015 a julho/2016

A Companhia e suas controladas possuem em seus contratos de arrendamento compromissos de pagamento de valores com base em suas movimentações operacionais, conforme segue. Esses valores eram os vigentes em 31 de dezembro de 2015 e são atualizados anualmente, de acordo com os contratos de arrendamento, pelo IGP-M:

<u>Contratos</u>	Em reais - R\$		
	<u>Custo por contêiner movimentado</u>	<u>Custo por tonelada movimentada</u>	<u>Custo por veículo movimentado</u>
Tecon Santos (a)	16,60	-	-
Tecon Santos (b)	8,30	-	-
Tecon Santos (c)	33,18	-	-
Tecon Santos (d)	16,52	-	-
Tecon Imbituba (e)	77,18	-	-
Terminal de Carga Geral (f)	-	2,44	-
Terminal de Carga Geral (g)	-	5,41	-
Terminal de Carga Geral (h)	-	3,26	-
Convicon (i)	15,46	-	-
Convicon (j)	3,11	-	-
Convicon (k)	-	1,54	-
Terminal de Veículos (l)	-	-	15,24

- (a) Valor devido até 30 de setembro de 2015, quando a movimentação excede o dobro da Movimentação Mínima Contratual - MMC, até atingir três vezes a faixa mínima aplicável.
- (b) Valor devido até 30 de setembro de 2015, quando a movimentação estiver acima de três vezes a faixa mínima aplicável.
- (c) Valor devido a partir 1º de outubro de 2015, quando a MMC não for atingida, limitado à MMC.
- (d) Valor devido a partir 1º de outubro de 2015, quando a movimentação exceder a MMC.
- (e) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.
- (f) Valor devido pelo uso da área arrendada e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.
- (g) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre (cais), referente à movimentação de carga proveniente de navio.
- (h) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre (pátio), referente à movimentação de carga proveniente de unitização e desunitização de contêineres.
- (i) Valor devido por contêiner cheio e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.
- (j) Valor devido por contêiner vazio.
- (k) Valor devido por tonelada.
- (l) Valor devido por veículo e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.

A Companhia e suas controladas possuem em seus contratos de arrendamento compromissos de movimentação mínima que não vêm sendo cumpridos, gerando assim um custo no montante de R\$24.666, como segue:

<u>Contratos</u>	<u>31.12.2015</u>
Tecon Imbituba	23.235
Terminal de Carga Geral	113
Convicon	36
Terminal de Veículos	<u>1.282</u>
Total	<u>24.666</u>

A Companhia e suas controladas também possuem contratos de aluguel de áreas administrativas e operacionais (Centros de Distribuição da controlada Santos Brasil Logística), os quais, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, geraram despesas no montante de R\$12.352.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA

a) Capital social

	<u>Ações ordinárias</u>		<u>Ações preferenciais</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Emitidas/autorizadas sem valor nominal	<u>454.629.482</u>	<u>454.629.482</u>	<u>211.457.072</u>	<u>211.457.072</u>

Do total de ações, 205.040.520 encontravam-se em circulação (*freefloat*) em 31 de dezembro de 2015, sendo 41.008.104 ações ordinárias e 164.032.416 ações preferenciais, representadas por 41.008.104 *units*.

As *units* são certificados de depósito de ações, nominativos, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames, cada um representando uma ação ordinária e quatro ações preferenciais.

Até 31 de dezembro de 2014, ocorreram aumentos de capital referentes às opções exercidas, conforme nota explicativa nº 24, no montante de R\$29.007, sendo 2.062.021 ações ordinárias e 8.248.084 ações preferenciais. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não houve opções exercidas.

Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, a alienação do seu controle acionário, tanto por meio de uma única operação quanto por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Governança Corporativa Nível 2 da BM&FBOVESPA, oferta pública de aquisição de todas as ações dos demais acionistas da Companhia, a fim de assegurar-lhes tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de decisão de Assembleia Geral, até o limite de 2.000.001.000 ações, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e de colocação dos referidos títulos mobiliários.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais não possuem dividendos assegurados.

b) Reserva de capital

- Plano de opção de compra de ações

Representado pelo registro contábil do plano de opção de compra de ações (nota explicativa nº 24), no montante de R\$51.770 em 31 de dezembro de 2015 (R\$45.814 em 31 de dezembro de 2014), obedecendo ao que determina o pronunciamento técnico CPC 10 - Pagamentos Baseados em Ações.

- Outras

Na incorporação de ações, o valor do patrimônio líquido da então controlada Santos-Brasil S.A., na data-base de 31 de dezembro de 2006, foi levado à rubrica “Capital social” da controladora, conforme previsto no Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações. O valor do lucro do exercício, no patrimônio líquido da então controlada Santos-Brasil S.A., representado pelo resultado de suas operações, no período compreendido entre a referida data-base e a data da operação de incorporação, outubro de 2007, líquido das distribuições efetuadas aos acionistas, de R\$28.923, foi classificado na rubrica “Reserva de capital”.

Em 30 de abril de 2010, a Companhia realizou a compra da participação indireta de sua controlada Pará, por sua controlada direta na época Nara Valley, com variação de participação societária de 75% para 87,67%. Essa operação resultou na variação de participação no montante de R\$4.548.

Em 20 de abril de 2011, a controlada Nara Valley Participações S.A. adquiriu, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, 12,327% da participação acionária de sua controlada direta Pará Empreendimentos, pelo montante de R\$4.500, perfazendo 100% do seu controle acionário. Essa operação resultou na variação de participação no montante de R\$5.478.

c) Reserva de lucros

- Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- Reserva para investimento e expansão

Representada pelas propostas da Administração de retenção dos saldos remanescentes dos lucros líquidos do exercício e de exercícios anteriores, após as retenções previstas na legislação ou aprovadas pelos acionistas, para fazer face ao plano de investimentos de expansão em controladas, conforme orçamentos de capital.

- Recompra de ações

Em 17 de dezembro de 2013, foi aprovado pela Reunião do Conselho de Administração o Programa de Recompra de Ações da Companhia, com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas.

O programa autorizou a compra de até 4.215.556 *units* sendo 4.215.556 ações ordinárias e 16.862.225 ações preferenciais, tendo um prazo máximo para aquisição das ações de 365 dias, com início em 20 de dezembro de 2013 e término em 20 de dezembro de 2014.

A seguir, a quantidade de ações compradas pela Companhia:

<u>Units</u>	<u>Quantidade de ações</u>		<u>Valor</u>	<u>Valor de mercado (*)</u>	<u>Preço por units</u>		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>			<u>Médio ponderado</u>	<u>Mínimo</u>	<u>Máximo</u>
1.227.749	1.227.749	4.910.996	19.844	15.466	16,16	14,51	18,52

(*) Valor de mercado com base na última cotação, anterior a data de encerramento do exercício.

d) Remuneração dos acionistas

São assegurados aos acionistas dividendos mínimos anuais de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária e o Estatuto Social da Companhia.

A seguir, a demonstração da remuneração dos acionistas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

Remuneração dos acionistas

Juros sobre o capital próprio, adiantados no decorrer do exercício de 2015 (a)	4.259
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio (b)	<u>(545)</u>
Remuneração bruta aos acionistas	<u>4.259</u>
Remuneração líquida aos acionistas (a – b)	<u>3.714</u>

Juros sobre o capital próprio líquidos creditados por classe de ação foram:

Ações ordinárias	2.552
Ações preferenciais	<u>1.162</u>
	<u>3.714</u>

e) Outros resultados abrangentes

- Assistência médica complementar

Representado pelo registro contábil do cálculo atuarial da assistência médica complementar (nota explicativa nº 27), obedecendo ao que determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

20. RECEITA OPERACIONAL

A seguir, a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas nas demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Receita bruta	770.507	770.382	1.109.320	1.152.300
Deduções da receita:				
Impostos sobre serviços	(77.143)	(70.234)	(125.177)	(123.356)
Outras	<u>(17.215)</u>	<u>(21.885)</u>	<u>(19.823)</u>	<u>(25.399)</u>
Total	<u>676.149</u>	<u>678.263</u>	<u>964.320</u>	<u>1.003.545</u>

21. DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Mão de obra avulsa	(32.816)	(35.752)	(33.156)	(40.318)
Taxas - Companhias Docas	(56.716)	(49.426)	(60.294)	(52.674)
Arrendamentos e infraestruturas -				
Companhias Docas	(40.936)	(38.266)	(45.907)	(42.961)
Energia elétrica	(11.597)	(8.499)	(13.700)	(10.351)
Combustíveis e lubrificantes	(14.157)	(15.078)	(25.156)	(24.154)
Fretes	(12.895)	(12.768)	(18.857)	(30.150)
Movimentação de veículos	-	-	(15.500)	(14.194)
Outros serviços e materiais	(2.552)	(2.750)	(8.562)	(12.069)
Despesas com pessoal	(226.746)	(204.586)	(324.098)	(294.100)
Consultoria, assessoria e auditoria	(32.343)	(18.964)	(34.606)	(21.846)
Outros serviços de terceirização	(18.872)	(25.983)	(32.027)	(40.107)
Manutenção operacional	(23.112)	(28.173)	(32.762)	(37.956)
Depreciação e amortização	(87.043)	(95.654)	(118.138)	(124.624)
Aluguéis/condomínios - áreas				
operacionais	-	-	(10.293)	(11.866)
Despesas com vendas de serviços	(18.816)	(13.362)	(45.092)	(23.190)
Provisão para créditos de liquidação				
duvidosa	(5.453)	1.342	(5.267)	1.901
Perda créditos incobráveis	(50.714)	4.529	(51.678)	(5.104)
Outras despesas	<u>(22.390)</u>	<u>(37.108)</u>	<u>(57.111)</u>	<u>(64.517)</u>
Total	<u>(657.158)</u>	<u>(580.498)</u>	<u>(932.204)</u>	<u>(848.280)</u>
Classificadas como:				
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(477.415)	(479.254)	(704.407)	(713.730)
Despesas com vendas	(83.208)	(24.352)	(115.460)	(39.689)
Despesas gerais e administrativas	<u>(96.535)</u>	<u>(76.892)</u>	<u>(112.337)</u>	<u>(94.861)</u>
Total	<u>(657.158)</u>	<u>(580.498)</u>	<u>(932.204)</u>	<u>(848.280)</u>

22. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Outras receitas operacionais:				
Ressarcimento de ISS sobre notas canceladas	-	411	2	433
Ganho na venda de ativo	37	693	36	1.104
Correção de adiantamento para fundo de dragagem	846	292	846	292
Correção de depósitos judiciais	9.986	4.065	10.087	4.146
Reversão de variação monetária de provisão para contingências	8.783	-	8.783	-
Recuperação de energia elétrica	3.971	6.727	3.971	6.727
Reembolso de seguro	71	604	897	604
Reversão de provisão (processo CADE)	1.863	-	1.863	-
Outras receitas	<u>1.551</u>	<u>409</u>	<u>3.068</u>	<u>883</u>
Total	<u>27.108</u>	<u>13.201</u>	<u>29.553</u>	<u>14.189</u>
Outras despesas operacionais:				
Correção de provisões	(624)	(449)	(770)	(555)
Precatórios	-	-	(379)	(206)
Baixa e perdas na venda de ativos	(117)	-	(1.408)	-
Perda na baixa de imobilizado (intangível)	-	(183)	-	-
Baixa de depósitos judiciais	-	-	-	(412)
Provisão para perdas por desvalorização de ativos	<u>(30.639)</u>	<u>-</u>	<u>(30.639)</u>	<u>-</u>
Total	<u>(31.380)</u>	<u>(632)</u>	<u>(33.196)</u>	<u>(1.173)</u>

23. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicação financeira	17.955	13.385	22.694	16.527
Juros de mútuo	227	310	-	-
Variações monetárias e cambiais ativas	17.862	12.159	22.209	13.670
Valor justo da operação de <i>swap</i>	1.547	937	1.854	1.072
Correção impostos a recuperar	2.535	1.366	2.543	1.406
Outras receitas	<u>3.073</u>	<u>1.925</u>	<u>3.364</u>	<u>2.117</u>
Total	<u>43.199</u>	<u>30.082</u>	<u>52.664</u>	<u>34.792</u>

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Despesas financeiras:				
Juros	(39.088)	(33.925)	(41.146)	(36.057)
Juros de mútuo	(8.307)	(6.136)	-	-
Variações monetárias e cambiais passivas	(28.398)	(17.404)	(36.529)	(19.909)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF sobre operações de mútuos	(1.230)	(1.091)	(1.342)	(1.299)
Valor justo da operação de <i>swap</i>	(1.298)	(1.606)	(1.550)	(1.770)
Outras despesas	<u>(913)</u>	<u>(775)</u>	<u>(1.340)</u>	<u>(1.243)</u>
Total	<u>(79.234)</u>	<u>(60.937)</u>	<u>(81.907)</u>	<u>(60.278)</u>

24. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES - CONTROLADORA

Por meio da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de setembro de 2006, os acionistas da então controlada Santos-Brasil S.A. aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano”) para administradores e colaboradores de alto nível. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de janeiro de 2008, o Plano foi transferido para a Companhia.

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração ou, por opção desse Conselho, por um Comitê composto de três membros, sendo, pelo menos, um deles, necessariamente, membro (titular ou suplente) do mesmo Conselho.

O Conselho de Administração ou o Comitê criam, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações (“Programas”), agrupados em *units* (nota explicativa nº 19.a)), em que são definidos os beneficiários aos quais são concedidas as opções, o número de *units* da Companhia que cada beneficiário terá direito de subscrever ou adquirir com o exercício da opção, o preço de subscrição, o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida e as datas-limite para o exercício total ou parcial. Os termos e as condições são fixados em Contrato de Opção de Compra de Ações, celebrado entre a Companhia e cada beneficiário.

O preço das *units* a serem adquiridas pelos beneficiários, em decorrência do exercício da opção (“preço de exercício”), é equivalente ao valor médio das *units* dos últimos 30 pregões da BM&FBOVESPA anteriores à data da concessão da opção, podendo ser acrescido de correção monetária, com base na variação de um índice de preços, e, ainda, de juros a critério do Conselho de Administração ou do Comitê, que, também, podem conceder aos beneficiários um desconto de até 15% no preço de exercício.

As *units* da Companhia, adquiridas no âmbito do Plano, só podem ser alienadas se atendido o período mínimo de indisponibilidade estabelecido em cada Programa para cada lote de *units*, o qual nunca será inferior a três anos a contar da data de exercício de cada lote anual.

Em 31 de dezembro de 2015, os Programas em vigência eram os discriminados no quadro a seguir:

Programas	Preços de exercício R\$/units (*)	Quantidade de units outorgadas	Prazos de carência	Prazos de exercício	Valor das opções R\$/units (*)	Quantidade de units exercidas	Quantidade de units vencidas/ caducadas	Quantidade de units - saldo
20/10/06 - Programa 2006	20,70	<u>231.493</u>			10,70	<u>34.200</u>	<u>197.293</u>	-
1º Lote anual		77.164	20/10/07	20/10/09		-	77.164	-
2º Lote anual		77.164	20/10/08	20/10/10		-	77.164	-
3º Lote anual		77.165	20/10/09	20/10/11		34.200	42.965	-
13/08/07 - Programa 2007	25,67	<u>342.572</u>			12,02	-	<u>342.572</u>	-
1º Lote anual		114.191	13/08/08	13/08/10		-	114.191	-
2º Lote anual		114.191	13/08/09	13/08/11		-	114.191	-
3º Lote anual		114.190	13/08/10	13/08/12		-	114.190	-
28/02/08 - Programa 2008	22,23	<u>456.331</u>			10,22	<u>188.507</u>	<u>267.824</u>	-
1º Lote anual		152.110	28/02/09	28/02/11		-	152.110	-
2º Lote anual		152.110	28/02/10	28/02/12		108.749	43.361	-
3º Lote anual		152.111	28/02/11	28/02/13		79.758	72.353	-
28/02/08 - Programa Complementar 2008	22,23	<u>1.115.760</u>			7,17	-	<u>1.115.760</u>	-
Lote anual		1.115.760	Sem carência	28/02/11		-	1.115.760	-
27/01/09 - Programa 2009	6,59	<u>1.170.153</u>			3,64	<u>1.132.089</u>	<u>38.064</u>	-
1º Lote anual		390.051	27/01/10	27/01/12		377.629	12.422	-
2º Lote anual		390.051	27/01/11	27/01/13		378.809	11.242	-
3º Lote anual		390.051	27/01/12	27/01/14		375.651	14.400	-
08/03/10 - Programa 2010	15,35	<u>605.201</u>			6,77	<u>422.537</u>	<u>182.664</u>	-
1º Lote anual		201.734	09/03/11	09/03/13		194.436	7.298	-
2º Lote anual		201.734	09/03/12	09/03/14		136.463	65.271	-
3º Lote anual		201.733	09/03/13	09/03/15		91.638	110.095	-
19/04/11 - Programa 2011	21,71	<u>535.279</u>			9,12	<u>198.003</u>	<u>187.924</u>	<u>149.352</u>
1º Lote anual		178.426	01/02/12	01/02/14		118.812	59.614	-
2º Lote anual		178.426	01/02/13	01/02/15		79.191	99.235	-
3º Lote anual		178.427	01/02/14	01/02/16		-	29.075	149.352
31/01/12 - Programa 2012	23,19	<u>849.476</u>			6,48	<u>86.685</u>	<u>280.474</u>	<u>482.317</u>
1º Lote anual		283.159	01/02/13	01/02/15		86.685	196.474	-
2º Lote anual		283.159	01/02/14	01/02/16		-	42.000	241.159
3º Lote anual		283.158	01/02/15	01/02/17		-	42.000	241.158
31/01/13 - Programa 2013	27,35	<u>810.177</u>			7,54	-	<u>70.452</u>	<u>739.725</u>
1º Lote anual		270.059	01/02/14	01/02/16		-	23.484	246.575
2º Lote anual		270.059	01/02/15	01/02/17		-	23.484	246.575
3º Lote anual		270.059	01/02/16	01/02/18		-	23.484	246.575
06/02/14 - Programa 2014	15,70	<u>2.087.682</u>			3,15	-	<u>142.528</u>	<u>1.945.154</u>
1º Lote anual		695.894	06/02/15	06/02/17		-	47.509	648.385
2º Lote anual		695.894	06/02/16	06/02/18		-	47.509	648.385
3º Lote anual		695.894	06/02/17	06/02/19		-	47.510	648.384
05/02/15 - Programa 2015	12,85	<u>1.377.596</u>			4,40	-	-	<u>1.377.596</u>
1º Lote anual		459.199	05/02/16	05/02/18		-	-	459.199
2º Lote anual		459.199	05/02/17	05/02/19		-	-	459.199
3º Lote anual		459.198	05/02/18	05/02/20		-	-	459.198
Total das opções outorgadas		<u>9.581.720</u>				<u>2.062.021</u>	<u>2.825.555</u>	<u>4.694.144</u>

(*) Valores originais nas datas dos Programas de Outorga das Opções.

Os prazos de carência refletem as condições estabelecidas nos Programas, sob as quais as opções poderão ser exercidas em três lotes anuais, cada qual equivalente a 33,3333% do total da opção concedida em cada Programa.

Os preços de exercício dos lotes anuais serão corrigidos pelo IGP-M/FGV, na menor periodicidade legalmente admitida, até as datas de exercício das opções.

O prazo de exercício reflete o período de 24 meses, contados a partir do término dos prazos iniciais de carência dos lotes anuais.

O custo das opções outorgadas é calculado durante os respectivos períodos de carência, com base nos valores das opções, determinados pelo método de avaliação *Black-Scholes* nas datas dos Programas. Na inexistência, ainda, de histórico representando o índice de caducidade no exercício das opções, considera-se, no cálculo supramencionado, que 100% das opções serão exercidas.

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 10, a Companhia e suas controladas reconheceram, à medida que os serviços foram prestados, em transação de pagamento baseado em ações, o efeito no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$5.955 (R\$5.501 em 31 de dezembro de 2014), conforme nota explicativa nº 19.a).

Das opções vigentes até 31 de dezembro de 2015, as exercidas representaram uma diluição na participação dos acionistas em 1,56% e as não exercidas, caso fossem totalmente exercidas sob determinadas condições previstas nos contratos, representariam uma diluição de participação dos atuais acionistas da ordem de 3,40%.

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) - correntes e diferidos

A conciliação do IRPJ e da CSLL apropriados ao resultado é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Lucro (Prejuízo) antes da tributação	(25.029)	102.161	(14.219)	127.178
Exclusão de equivalência patrimonial	<u>(9.736)</u>	<u>(38.299)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro antes da tributação ajustado	(34.765)	63.862	(14.219)	127.178
I - Valor base - IRPJ e CSLL:	<u>(11.845)</u>	<u>21.689</u>	<u>(4.859)</u>	<u>43.217</u>
Alíquotas de 15% IRPJ e de 9% CSLL	(8.344)	15.327	(3.413)	30.523
Alíquota adicional de 10% IRPJ com dedução de R\$240	(3.501)	6.362	(1.446)	12.694
II - Efeitos das adições permanentes de despesas e receitas	<u>4.945</u>	<u>(10.835)</u>	<u>5.776</u>	<u>(10.375)</u>
Adições permanentes:				
Remuneração variável da Diretoria	2.166	656	2.166	656
Plano de opção de compra de ações	1.999	1.849	2.025	1.870
Outras	2.228	2.248	3.033	2.687
Exclusões permanentes:				
Juros sobre o capital próprio pagos	(1.448)	(15.588)	(1.448)	(15.588)
III - Efeitos dos incentivos fiscais:	<u>-</u>	<u>(252)</u>	<u>(62)</u>	<u>(536)</u>
Incentivos fiscais	<u>-</u>	<u>(252)</u>	<u>(62)</u>	<u>(536)</u>
IV - Taxa efetiva:				
IRPJ e CSLL ajustados (I + II + III)	(6.900)	10.602	855	32.306
Alíquota efetiva	19,8%	16,6%	(6,0)%	25,4%
V - Efeitos do IRPJ e da CSLL diferidos:	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.894</u>	<u>3.226</u>
Não contabilização de prejuízos fiscais e diferenças temporárias (*)	-	-	2.894	3.226
VI - Ajustes extraordinários:	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>161</u>	<u>87</u>
IRPJ e CSLL de exercício anterior	-	-	161	87
Efeitos do IRPJ e da CSLL no resultado (IV + V + VI)	<u><u>(6.900)</u></u>	<u><u>10.602</u></u>	<u><u>3.910</u></u>	<u><u>35.619</u></u>

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
IRPJ e CSLL - correntes	-	11.118	7.860	35.609
IRPJ e CSLL - diferidos	<u>(6.900)</u>	<u>(516)</u>	<u>(3.950)</u>	<u>10</u>
Total	<u>(6.900)</u>	<u>10.602</u>	<u>3.910</u>	<u>35.619</u>

(*) Refere-se às controladas Numeral 80, TPV e Pará Empreendimentos, para as quais os créditos fiscais diferidos serão registrados quando da geração de resultados positivos futuros.

b) Composição dos ativos e passivos fiscais diferidos

	Controladora			
	31.12.2015		31.12.2014	
Ativo (passivo)	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	6.830	2.459	-	-
Diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.609	1.299	2.246	808
Provisão para contingências	20.613	7.421	34.134	12.288
Amortização do ágio	(19.835)	(7.141)	(22.083)	(7.950)
Depreciação	(47.800)	(17.208)	(50.702)	(18.253)
Perda por desvalorização de ativos	7.660	2.757	-	-
Outras	8.897	3.203	11.305	4.071
Perdas atuariais	<u>176</u>	<u>63</u>	<u>1.283</u>	<u>462</u>
Total	<u>(19.850)</u>	<u>(7.147)</u>	<u>(23.817)</u>	<u>(8.574)</u>

	Consolidado			
	31.12.2015		31.12.2014	
Ativo (passivo)	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	6.830	2.459	-	-
Diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.725	1.341	2.474	891
Provisão para contingências	21.445	7.721	34.752	12.510
Amortização do ágio	(29.702)	(10.693)	(31.949)	(11.502)
Depreciação	(52.303)	(18.829)	(54.358)	(19.569)
Perda por desvalorização de ativos	7.660	2.757	-	-
Outras	9.475	3.413	13.190	4.749
Perdas atuariais	<u>(80)</u>	<u>(29)</u>	<u>1.143</u>	<u>412</u>
Total	<u>(32.950)</u>	<u>(11.860)</u>	<u>(34.748)</u>	<u>(12.509)</u>
Ativo	<u>325</u>	<u>117</u>	<u>226</u>	<u>81</u>
Passivo	<u>(33.275)</u>	<u>(11.977)</u>	<u>(34.974)</u>	<u>(12.590)</u>

Até 31 de dezembro de 2015, os créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias são aplicáveis à Companhia e às suas controladas Santos Brasil Logística e TVS.

De acordo com o Pronunciamento CPC nº 32 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia fundamenta o registro contábil dos seus créditos fiscais na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal. Caso se apresentem fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas serão revisadas durante o próximo exercício social.

Assim, os créditos fiscais diferidos da Companhia, referentes aos prejuízos fiscais e às bases negativas da CSLL registrados em 31 de dezembro de 2015, e mantida a expectativa de lucros tributáveis futuros do estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2015, tinham a sua realização projetada conforme segue:

	IRPJ	CSLL	Total
2017	333	120	453
2020	694	250	944
2021	4.280	1.541	5.821
2022	<u>1.523</u>	<u>548</u>	<u>2.071</u>
Total	<u>6.830</u>	<u>2.459</u>	<u>9.289</u>

26. RESULTADO POR AÇÃO

Resultado básico e diluído por ação

	31.12.2015		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Prejuízo líquido	(12.455)	(5.674)	(18.129)
Média ponderada das ações	453.401.733	206.546.076	659.947.809
Resultado por ação básico e diluído	(0,02747)	(0,02747)	(0,02747)
Resultado por <i>units</i> básico e diluído	(0,13735)	(0,13735)	(0,13735)

	31.12.2014		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Lucro líquido	62.903	28.656	91.559
Média ponderada das ações	453.401.733	206.546.076	659.947.809
Resultado por ação básico e diluído	0,13874	0,13874	0,13874
Resultado por <i>units</i> básico e diluído	0,69368	0,69368	0,69368

O lucro por ação básico foi calculado com base no lucro da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e na respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais em circulação nesses exercícios.

O lucro diluído por ação é calculado considerando os instrumentos que possam ter potencial efeito dilutivo no futuro. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os preços de exercício das opções de compra de ações “*vested*” dos planos vigentes estão abaixo da cotação média de mercado do período, ou seja, os planos estão “*out of Money*”, e, portanto, o efeito potencial dessas ações não são considerados no cálculo do resultado diluído.

27. PASSIVOS ATUARIAIS - ASSISTÊNCIA MÉDICA COMPLEMENTAR

Referem-se à provisão para assistência médica complementar, que reflete os custos dos planos de saúde aos empregados e diretores estatutários que farão jus ao benefício em período pós-emprego, conforme a Lei nº 9.656/98 e o pronunciamento técnico CPC 33, determinado com base em estudo atuarial.

Os cálculos atuariais, efetuados sob a responsabilidade de atuário independente Ernst & Young Serviços Atuariais S/S, tiveram como premissas básicas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015: a taxa de desconto financeiro de 7,00% a.a. e a taxa dos custos médicos atualizada pela inflação + 3,00% a.a.. Em 31 de dezembro de 2014, os cálculos atuariais, foram efetuados sob responsabilidade de atuário independente KPMG Financial Risk & Actuarial, tiveram como premissas básicas: a taxa de desconto financeiro de 6,22% a.a. e a taxa dos custos médicos atualizada pela inflação + 3,00% a.a..

Com base nos relatórios do atuário independente elaborados, os quais contêm os valores de despesas projetadas, a Companhia e suas controladas registraram provisões proporcionais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

	Controladora	
	31.12.2015	31.12.2014
Valor presente das obrigações atuariais	2.391	1.749
Perdas atuariais calculadas	<u>9.363</u>	<u>12.041</u>
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado	<u>11.754</u>	<u>13.790</u>
	Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014
Valor presente das obrigações atuariais	3.142	2.220
Perdas atuariais calculadas	<u>11.176</u>	<u>13.847</u>
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado	<u>14.318</u>	<u>16.067</u>

Análise de sensibilidade do passivo atuarial

	Controladora					
	31.12.2015			31.12.2014		
	Cenário provável I	Cenário II (+) 0,5%	Cenário II (-) 0,5%	Cenário provável I	Cenário II (+) 0,5%	Cenário II (-) 0,5%
Passivo atuarial	11.754	10.918	12.696	13.790	12.714	15.013
Taxa de desconto	7,00	7,50	6,50	6,22	6,72	5,72
	Consolidado					
	31.12.2015			31.12.2014		
	Cenário provável I	Cenário II (+) 0,5%	Cenário II (-) 0,5%	Cenário provável I	Cenário II (+) 0,5%	Cenário II (-) 0,5%
Passivo atuarial	14.318	13.269	15.502	16.067	14.838	17.464
Taxa de desconto	7,00	7,50	6,50	6,22	6,72	5,72

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.), a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* as condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequadas. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os respectivos custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Ativo:				
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e saldo em bancos	25.373	7.371	32.398	12.172
Contas a receber	69.799	56.026	93.142	86.042
Mútuo a receber	-	5.951	-	-
Precatórios a receber	-	-	4.783	4.310
	<u>95.172</u>	<u>69.348</u>	<u>130.323</u>	<u>102.524</u>
Valor justo por meio do resultado:				
Aplicações financeiras	163.885	164.318	193.717	206.237
Swap - Safra 2015	-	1.423	-	1.654
Swap - Safra 2016	3.403	-	3.921	-
Swap - Itaú 2016	<u>1.137</u>	<u>-</u>	<u>1.604</u>	<u>-</u>
	<u>168.425</u>	<u>165.741</u>	<u>199.242</u>	<u>207.891</u>

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Passivo:				
Outros passivos financeiros:				
Mensurados pelo custo amortizado:				
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	43.750	51.225	62.635	61.454
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	389	520	11.333	18.428
Fornecedores	56.036	50.636	74.906	66.172
NCE	79.308	167.947	79.308	167.947
Debêntures	183.839	103.142	183.839	103.142
Leasing	487	927	487	927
Capital de giro	-	-	1.946	5.402
Conta garantida	-	-	-	649
Mútuo a pagar	70.427	69.199	-	-
Precatórios a pagar (*)	-	-	3.826	3.448
	<u>434.236</u>	<u>443.596</u>	<u>418.280</u>	<u>427.569</u>
Total	<u>697.833</u>	<u>678.685</u>	<u>747.845</u>	<u>737.984</u>

(*) Os precatórios estão classificados nos balanços patrimoniais, na rubrica “Outros”, no passivo não circulante.

b) Valor justo

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Administração estabeleceu o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e o modelo de precificação de *swap* que faz o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela Administração da própria Companhia.

b.1) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à taxa de juros e à variação cambial.

Todos os instrumentos financeiros derivativos detidos em 31 de dezembro de 2015 foram celebrados em mercado balcão, com contrapartes de instituições financeiras de grande porte.

Os instrumentos financeiros derivativos são apresentados no balanço patrimonial pelo seu valor justo, em conta de ativo ou passivo. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como “valor justo por meio do resultado”. As variações periódicas do valor justo dos derivativos são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem.

O valor justo desses derivativos é obtido por modelo de fluxos de caixa futuros, de acordo com as taxas contratuais, descontados para valor presente utilizando as taxas de mercado. Foram utilizadas informações e projeções para Dólar, Libor e CDI, divulgadas pela BM&FBOVESPA.

O quadro a seguir mostra todas as operações com instrumentos financeiros derivativos existentes ou que tenham produzido efeitos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. A coluna “Recebimentos/Pagamentos” mostra os valores recebidos/pagos por liquidações efetuadas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, e a coluna “Receita/Despesa” mostra o efeito reconhecido no resultado financeiro, associado às liquidações e à variação de valor justo dos derivativos nesse exercício:

Controladora									
Identificação	Valor nominal	Vencimento	Finalidade	Recebimento (pagamento)	Receita (despesa)	Valor justo		Ponta ativa	Ponta passiva
						Dez./2015	Dez./2014		
Safra 2015 - 1ºSem (*) Swap de variação cambial + cupom - CDI	10.050	Jun./2015	Associado à variação cambial	2.033	756	-	1.226	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI
Safra 2015 - 2ºSem (*) Swap de variação cambial + cupom - CDI	11.430	Dez./2015	Associado à variação cambial	3.330	3.102	-	197	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI
Safra 2016 - 1ºSem (*) Swap de variação cambial + cupom - CDI	12.819	Jun./2016	Associado à variação cambial	-	3.270	3.403	-	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI
Itaú 2016 - 2ºSem (*) Swap de variação cambial + cupom - CDI	8.950	Dez./2016	Associado à variação cambial	-	1.103	1.137	-	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI
Total				<u>5.363</u>	<u>8.231</u>	<u>4.540</u>	<u>1.423</u>		

(*) Efetuada tendo como objeto a operação de *hedge*.

Consolidado									
Identificação	Valor nominal	Vencimento	Finalidade	Recebimento (pagamento)	Receita (despesa)	Valor justo		Ponta ativa	Ponta passiva
						Dez./2015	Dez./2014		
Safra 2015 - 1ºSem (*) Swap de variação cambial + cupom - CDI	11.650	Jun./2015	Associado à variação cambial	2.449	968	-	1.420	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI
Safra 2015 - 2ºSem (*) Swap de variação cambial + cupom - CDI	13.559	Dez./2015	Associado à variação cambial	3.968	3.697	-	234	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI
Safra 2016 - 1ºSem (*) Swap de variação cambial + cupom - CDI	14.756	Jun./2016	Associado à variação cambial	-	3.763	3.921	-	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI
Itaú 2016 - 2ºSem (*) Swap de variação cambial + cupom - CDI	12.627	Dez./2016	Associado à variação cambial	-	1.556	1.604	-	Variação cambial + cupom cambial	100% CDI
Total				<u>6.417</u>	<u>9.984</u>	<u>5.525</u>	<u>1.654</u>		

(*) Efetuada tendo como objeto a operação de *hedge*.

Os vencimentos de *swap* ocorrem simultaneamente com os vencimentos das parcelas de principal e/ou juros dos financiamentos, exceto quanto ao CreditSuisse, que não estava mais atrelado a um financiamento e foi finalizado em setembro de 2014.

b.2) Demais instrumentos financeiros

Com base nas projeções de taxas de juros e moedas da BM&FBOVESPA e Bloomberg, foi elaborado o modelo de precificação, aplicado individualmente a cada transação.

Empréstimos, financiamentos e debêntures - foram considerados os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais e projeções de moedas e taxas de juros da BM&FBOVESPA e Bloomberg, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado, tendo como base informações obtidas nas mesmas fontes citadas, a BM&FBOVESPA e Bloomberg; não foram considerados o risco de crédito próprio nem eventual *spread* bancário por serem considerados irrelevantes.

Dessa forma, o valor de mercado de um título corresponde a seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto referente à data de vencimento da parcela, obtido na curva de juros de mercado em reais.

Aplicações financeiras - as aplicações financeiras em fundos de investimento e CDBs estão sendo apresentadas pelo seu valor justo, dada a classificação de valor justo por meio do resultado, conforme demonstrado anteriormente.

Em 31 de dezembro de 2015, os valores de mercado dos instrumentos financeiros não derivativos, apresentados apenas para fins de demonstração, eram:

	Controladora	
	31.12.2015	
	Valor contábil	Valor justo
Ativo:		
Caixa e equivalentes de caixa	189.258	189.258
Contas a receber	69.799	69.799
Outros valores a receber	5.064	5.064
Total	<u>264.121</u>	<u>264.121</u>
Passivo:		
Empréstimos e financiamentos	123.934	121.741
Debêntures	183.839	183.274
Fornecedores	56.036	56.036
Mútuo a pagar	70.427	70.427
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	3.826	3.826
Total	<u>438.062</u>	<u>435.304</u>
	Consolidado	
	31.12.2015	
	Valor contábil	Valor justo
Ativo:		
Caixa e equivalentes de caixa	226.115	226.115
Contas a receber	93.142	93.142
Outros valores a receber	5.064	5.064
Total	<u>324.321</u>	<u>324.321</u>

	Consolidado	
	31.12.2015	
	Valor contábil	Valor justo
Passivo:		
Empréstimos e financiamentos	155.709	152.035
Debêntures	183.839	183.274
Fornecedores	74.906	74.906
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	3.826	3.826
Total	<u>418.280</u>	<u>414.041</u>

c) Ativos e passivos em moeda estrangeira

Há somente saldos de passivos denominados em moeda estrangeira, como segue:

<u>Natureza do saldo</u>	<u>Controladora</u>		<u>Moeda da transação</u>
	<u>Valor (em R\$)</u>		
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>	
Financiamento FINIMP	43.039	50.509	US\$
Financiamento <i>Darby Brazil Mezzanine Holdings LLC</i>	<u>711</u>	<u>716</u>	US\$
Total	43.750	51.225	

<u>Natureza do saldo</u>	Consolidado		Moeda da transação
	Valor (em R\$)		
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>	
Financiamento FINIMP	54.257	59.841	US\$
Financiamento FINIMP	7.667	897	€
Financiamento <i>Darby Brazil Mezzanine Holdings LLC</i>	<u>711</u>	<u>716</u>	US\$
Total	62.635	61.454	

d) Risco de mercado

As políticas da Companhia relativas à gestão de riscos de mercado incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que a Companhia está sujeita.

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações, devido aos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano e o euro, que encerraram o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 com valorização em relação ao real de 47,02% e 31,69%, respectivamente, em relação a 31 de dezembro de 2014.

A Companhia mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados. Adicionalmente, também são analisados quaisquer outros fatores de risco e a possibilidade da realização de operações para proteção contra eles.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros para proteção das oscilações de passivos de curto prazo denominados em moeda estrangeira relativos a empréstimos e financiamentos; tais operações não são utilizadas para fins especulativos.

As operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2015 são como segue:

Exposição cambial

	<u>Controladora</u>	<u>Moeda da</u>
	<u>Valor (em R\$)</u>	<u>transação</u>
Empréstimos e financiamentos	43.039	US\$
(-) Instrumentos de <i>hedge</i>	(21.769)	US\$
Exposição líquida	<u>21.270</u>	

	<u>Consolidado</u>	<u>Moeda da</u>
	<u>Valor (em R\$)</u>	<u>transação</u>
Empréstimos e financiamentos	7.667	€
Empréstimos e financiamentos	54.257	US\$
(-) Instrumentos de <i>hedge</i>	(27.383)	US\$
Exposição líquida	<u>34.541</u>	

A política da Companhia é gerenciar suas exposições considerando os fluxos previstos para o período subsequente de 12 meses, em média. Assim, a exposição líquida apresentada anteriormente refere-se às amortizações superiores ao período estipulado na política.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira, e a Administração os considera como os únicos instrumentos financeiros que podem oferecer riscos relevantes de cobertura.

No quadro a seguir foram considerados três cenários de risco para os indexadores de moedas desses passivos financeiros, sendo o cenário provável adotado pela Companhia e por suas controladas. Além desse cenário, a CVM, por meio da Instrução nº 475/08, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com aumento ou redução de 25% e 50% das variáveis do risco consideradas, para os quais se tomou como base 31 de dezembro de 2015.

Operação	Risco	Controladora				
		Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário II (-) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário III (-) 50%
<u>Saldo patrimonial</u>						
Passivos financeiros:						
Empréstimos e financiamentos	US\$/€	43.750	54.874	32.626	65.998	21.502
Swap - Safra (ganho) / perda	US\$/CDI	(4.373)	(11.331)	2.585	(18.290)	9.543
Saldo líquido		39.377	43.543	35.211	47.708	31.045
Taxas:						
US\$		3,90	4,88	2,93	5,86	1,95
€		4,25	5,31	3,19	6,38	2,13

Operação	Risco	Consolidado				
		Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário II (-) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário III (-) 50%
<u>Saldo patrimonial</u>						
Passivos financeiros:						
Empréstimos e financiamentos	US\$/€	62.636	78.512	46.761	94.387	30.885
Swap - Safra (ganho) / perda	US\$/CDI	(5.318)	(14.014)	3.377	(22.710)	12.072
Saldo líquido		57.318	64.498	50.138	71.677	42.957
Taxas:						
US\$		3,90	4,88	2,93	5,86	1,95
€		4,25	5,31	3,19	6,38	2,13

e) Hierarquias de valor justo

Os quadros a seguir apresentam instrumentos financeiros derivativos registrados pelo valor justo:

	Controladora		
	31.12.2015		
	Nível 1	Nível 2	Total
Caixa e equivalentes de caixa	189.258	-	189.258
Derivativos de passivos financeiros:			
Swap - Safra 2016	-	3.403	3.403
Swap - Itaú 2016	-	1.137	1.137
	31.12.2014		
	Nível 1	Nível 2	Total
Caixa e equivalentes de caixa	171.689	-	171.689
Derivativos de passivos financeiros:			
Swap - Safra 2015	-	1.423	1.423

	Consolidado		
	31.12.2015		
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa	226.115	-	226.114
Derivativos de passivos financeiros:			
<i>Swap</i> - Safra 2016	-	3.921	3.921
<i>Swap</i> - Itaú 2016	-	1.604	1.604
	31.12.2014		
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa	218.409	-	218.409
Derivativos de passivos financeiros:			
<i>Swap</i> - Safra 2015	-	1.654	1.654

Não houve transferência de ativos nem de passivos entre os níveis da hierarquia de valor justo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Os instrumentos financeiros derivativos classificados como valor justo por meio do resultado possuem hierarquia de Nível 2.

f) Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação (pulverização do risco). A provisão para créditos de liquidação duvidosa consolidada, em 31 de dezembro de 2015, era de R\$15.163, representando 14,00% do saldo de contas a receber em aberto. Em 31 de dezembro de 2014, essa provisão era de R\$9.897, equivalente a 10,32%.

Também, a Administração, visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

g) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

A Administração julga que a Companhia não tem risco de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa e a sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos, a fim de reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

<u>Passivo</u>	Controladora		
	31.12.2015	Até 1 ano	De 1 a 3 anos
Fornecedores	56.036	41.015	15.021
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	3.826	3.826	-
NCE	79.308	51.201	28.107
Debêntures	183.839	49.309	134.530
<i>Leasing</i>	487	487	-
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	389	130	259
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	<u>43.039</u>	<u>26.096</u>	<u>16.943</u>
Total	<u>366.924</u>	<u>172.064</u>	<u>194.860</u>

<u>Passivo</u>	Consolidado			
	31.12.2015	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
Fornecedores	74.906	59.885	15.021	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	3.826	3.826	-	-
NCE	79.308	51.201	28.107	-
Debêntures	183.839	49.309	134.530	-
<i>Leasing</i>	487	487	-	-
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	11.333	5.162	5.773	398
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	62.635	33.363	29.103	169
Capital de giro	<u>1.946</u>	<u>1.380</u>	<u>566</u>	<u>-</u>
Total	<u>418.280</u>	<u>204.613</u>	<u>213.100</u>	<u>567</u>

h) Risco de juros

A seguir estão sendo apresentados os saldos que estão expostos à volatilidade das taxas de juros praticadas:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Ativo:				
Caixa e equivalentes de caixa	189.258	171.689	226.115	218.409
Mútuo a receber	-	5.951	-	-
Operações com <i>swap</i>	<u>4.540</u>	<u>1.423</u>	<u>5.525</u>	<u>1.654</u>
Total	<u>193.798</u>	<u>179.063</u>	<u>231.640</u>	<u>220.063</u>
Passivo:				
NCE	79.308	167.947	79.308	167.947
Debêntures	183.839	103.142	183.839	103.142
<i>Leasing</i>	487	927	487	927
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	389	520	11.333	18.428
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	43.750	51.225	62.635	61.454
Capital de giro	-	-	1.946	5.402
Conta garantida	-	-	-	649
Mútuo a pagar	<u>70.427</u>	<u>69.199</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>378.200</u>	<u>392.960</u>	<u>339.548</u>	<u>357.949</u>

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros.

Na análise de sensibilidade de variações na taxa de juros, a Companhia considerou o impacto sobre os ativos e passivos financeiros que estão indexados ao CDI, conforme os cenários demonstrados a seguir:

Operação	Risco	Controladora				
		Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário II (-) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário III (-) 50%
<u>Saldos patrimoniais</u>						
Ativos financeiros:						
Aplicações financeiras	CDI	163.885	168.671	159.098	173.458	154.311
Passivos financeiros:						
Empréstimos e financiamentos	CDI	263.147	266.354	259.885	269.500	256.566
Dívida líquida		99.262	97.683	100.787	96.042	102.255
Taxas:						
CDI		14,14	17,68	10,61	21,21	7,07

Operação	Risco	Consolidado				
		Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário II (-) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário III (-) 50%
<u>Saldos patrimoniais</u>						
Ativos financeiros:						
Aplicações financeiras	CDI	193.717	199.375	188.059	205.033	182.401
Passivos financeiros:						
Empréstimos e financiamentos	CDI	265.093	268.306	261.824	271.468	258.499
Dívida líquida		71.376	68.931	73.765	66.435	76.098
Taxas:						
CDI		14,14	17,68	10,60	21,21	7,07

29. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2015, as seguintes apólices de seguros estavam vigentes:

Controladora e Consolidado		
<u>Cobertura</u>	<u>Moeda</u>	<u>Vencimento</u>

Filial - Tecon Imbituba

Seguro de Operador Portuário - SOP:

Responsabilidade civil	20.000	US\$	Março/2016
Bens móveis e imóveis	16.000	US\$	Março/2016
Responsabilidade Civil Empregador - RCE	1.000	US\$	Março/2016
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	Março/2016

	Controladora e Consolidado		
	Cobertura	Moeda	Vencimento
Perda de receita por bloqueio de berço e canal	600	US\$	Março/2016
Frota:			
Seguro da frota de veículos:			
Casco - 100% da tabela FIPE			
Acidentes Pessoais Passageiros - APPs	10	R\$	Outubro/2016
Danos materiais	75	R\$	Outubro/2016
Danos corporais	100	R\$	Outubro/2016
Danos morais	20	R\$	Outubro/2016
Seguro RCF:			
RCF - danos materiais	500	R\$	Outubro/2016
RCF - danos pessoais	500	R\$	Outubro/2016
RCF - danos morais	100	R\$	Outubro/2016

Filial - Tecon Santos

SOP:			
Responsabilidade civil	20.000	US\$	Março/2016
Bens móveis e imóveis	17.850	US\$	Março/2016
RCE	1.000	US\$	Março/2016
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	Março/2016
Transporte de mercadorias	2.000	US\$	Março/2016
Transporte de passageiros em embarcações (RC) e danos morais	1.000	US\$	Março/2016
Perda de receita por bloqueio de berço	1.000	US\$	Março/2016
Perda de receita por bloqueio de canal	4.000	US\$	Março/2016
Frota:			
Seguro da frota de veículos:			
Casco - 100% da tabela FIPE			
Acidentes Pessoais Passageiros - APPs	10	R\$	Outubro/2016
Danos materiais	75	R\$	Outubro/2016
Danos corporais	100	R\$	Outubro/2016
Danos morais	20	R\$	Outubro/2016

Santos Brasil Logística

SOP:			
Responsabilidade civil	20.000	US\$	Março/2016
Bens móveis e imóveis	17.000	US\$	Março/2016
RCE	1.000	US\$	Março/2016
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	Março/2016
Transporte de mercadorias	2.000	US\$	Março/2016
Responsabilidade civil ampla para CD - São Bernardo do Campo	50.000	US\$	Março/2016
Responsabilidade civil ampla para CD - Jaguaré	50.000	US\$	Março/2016
Danos elétricos:	250	US\$	Março/2016
Transporte Rodoviário de Carga - RCTR-C	4.000	R\$	Junho/2016
Furto e desvio de carga - RCF-DC	4.000	R\$	Junho/2016

	Controladora e Consolidado		
	Cobertura	Moeda	Vencimento
Seguro RCF:			
RCF - danos materiais	200	R\$	Outubro/2016
RCF - danos pessoais	700	R\$	Outubro/2016
RCF - danos morais	90	R\$	Outubro/2016

Convicon

SOP:			
Responsabilidade civil	20.000	US\$	Março/2016
Bens móveis e imóveis	7.600	US\$	Março/2016
RCE	1.000	US\$	Março/2016
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	Março/2016
Perda de receita por bloqueio de berço e canal	600	US\$	Março/2016
Frota:			
Seguro da frota de veículos:			
Casco - 100% da tabela FIPE			
Acidentes Pessoais Passageiros - APPs	5	R\$	Outubro/2016
Danos materiais	75	R\$	Outubro/2016
Danos corporais	100	R\$	Outubro/2016
Danos morais	20	R\$	Outubro/2016
Seguro RCF:			
RCF - danos materiais	500	R\$	Outubro/2016
RCF - danos pessoais	500	R\$	Outubro/2016
RCF - danos morais	100	R\$	Outubro/2016

Terminal de Veículos

SOP:			
Responsabilidade civil	20.000	US\$	Março/2016
Bens móveis e imóveis	1.000	US\$	Março/2016
RCE	1.000	US\$	Março/2016
Responsabilidade civil - danos morais	1.000	US\$	Março/2016
Perda de receita por bloqueio de berço e canal	600	US\$	Março/2016

Institucional

Administradores e diretores-			
Responsabilidade civil - <i>Directors and Officers</i>	40.000	R\$	Junho/2016
Riscos nomeados - escritórios-			
Santos e São Paulo	5.527	R\$	Abril/2016

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis; consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes da Companhia.

30. COMPROMETIMENTO DE CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2015, existiam solicitações (pedidos de compra) atreladas à aquisição futura de bens do ativo imobilizado no montante de R\$1.073 (R\$874 em 31 de dezembro de 2014), as quais não estavam contabilizadas nestas demonstrações contábeis.

31. SEGMENTOS OPERACIONAIS

As informações por segmento operacional estão apresentadas nas demonstrações a seguir que integram esta nota explicativa, em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por Segmento.

A definição dos segmentos operacionais e a estrutura das demonstrações seguem o modelo de gestão já utilizado no acompanhamento dos negócios pelos administradores das unidades, junto com os seus gerentes e com reporte à Diretoria Estatutária; da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração.

As práticas contábeis utilizadas nas informações por segmento são as mesmas utilizadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conforme nota explicativa nº 3.

Segmentos operacionais

Terminais Portuários de Contêineres, representando a agregação dos resultados e do capital empregado das unidades de negócio: (a) Tecon Santos; (b) Tecon Imbituba, incluindo o Terminal de Carga Geral; e (c) Tecon Vila do Conde, cujos contextos operacionais estão descritos nas notas explicativas nº 1.a), nº 1.b) e nº 1.e). Suas atividades são as de operador portuário de carga e descarga de navios porta-contêineres e as de recinto alfandegado em zona primária, incluindo, principalmente, a armazenagem das cargas movimentadas em seus cais.

A agregação dos terminais portuários de contêineres é efetuada por tratar-se de unidades de características econômicas semelhantes e, também, por terem semelhantes: (a) a natureza dos processos de produção; (b) o tipo ou a categoria de clientes de seus serviços; (c) os métodos usados para prestar os serviços; e (d) a natureza do ambiente regulatório.

Logística, com unidades de negócio em Santos, Guarujá, São Bernardo do Campo, São Paulo e Imbituba, cujo contexto operacional está descrito na nota explicativa nº 1.c), engloba, também, as atividades de transporte rodoviário, de centro de distribuição e de transporte de distribuição, em sinergia com os terminais portuários de contêineres.

Terminal de Veículos, com unidade de negócio no Porto de Santos e com histórico descrito na nota explicativa nº 1.d), engloba as atividades de embarque e desembarque de veículos em navios do fluxo comercial de exportação e importação e as atividades de pátio, principalmente armazenagem alfandegada.

Demonstrações

Demonstração do resultado até o EBITDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA), representando o desempenho operacional das unidades, retratado pelas contas contábeis sob gestão direta dos administradores. Nessa demonstração também é apresentado o *Earnings Before Interest and Taxes* - EBIT.

Demonstração do capital empregado, representando as contas contábeis dos ativos operacionais, líquidos dos passivos relacionados aos créditos da operação, sob gestão direta dos administradores das unidades.

Em complemento às informações dos segmentos operacionais, estão destacadas em coluna própria nas demonstrações as informações das atividades institucionais que não podem ser atribuídas aos segmentos operacionais, ou seja, os valores relacionados: (a) à administração central; (b) à gestão financeira; e (c) aos tributos diretos sobre o lucro.

A seguir, as demonstrações citadas para os períodos a que se referem estas demonstrações contábeis.

Demonstração consolidada do resultado por segmento operacional -
31 de dezembro de 2015

Contas	Terminais Portuários	Logística	Terminal de Veículos	Institucional	Eliminações	Consolidado
Receita operacional bruta	824.274	243.970	58.449	-	(17.374)	1.109.319
Deduções da receita	<u>(101.910)</u>	<u>(36.945)</u>	<u>(7.905)</u>	<u>-</u>	<u>1.761</u>	<u>(144.999)</u>
Receita operacional líquida	722.364	207.025	50.544	-	(15.613)	964.320
Custo dos serviços prestados	(524.610)	(159.921)	(35.489)	-	15.613	(704.407)
Custos variáveis/fixos	(430.922)	(145.391)	(26.487)	-	15.613	(587.187)
Depreciação/amortização	<u>(93.688)</u>	<u>(14.530)</u>	<u>(9.002)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(117.220)</u>
Lucro bruto	<u>197.754</u>	<u>47.104</u>	<u>15.055</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>259.913</u>
Despesas operacionais	(134.168)	(40.183)	(1.311)	(69.226)	-	(244.889)
Despesas com vendas	(83.812)	(30.234)	(1.348)	-	-	(115.394)
Despesas gerais e administrativas	(42.284)	(9.708)	(788)	(58.705)	-	(111.485)
Depreciação/amortização	(406)	(75)	-	(13.886)	-	(14.367)
Outras	<u>(7.666)</u>	<u>(167)</u>	<u>825</u>	<u>3.365</u>	<u>-</u>	<u>(3.643)</u>
EBIT	63.586	6.920	13.744	(69.226)	-	15.024
Depreciação/amortização	94.094	14.605	9.002	13.886	-	131.587
EBITDA	157.680	21.525	22.746	(55.340)	-	146.611
Resultado financeiro	-	-	-	(29.243)	-	(29.243)
Equivalência patrimonial	-	-	-	9.736	(9.736)	-
IRPJ/CSLL	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.910)</u>	<u>-</u>	<u>(3.910)</u>
Lucro líquido	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>(18.129)</u>

Demonstração consolidada do resultado por segmento operacional -
31 de dezembro de 2014

Contas	Terminais Portuários	Logística	Terminal de Veículos	Institucional	Eliminações	Consolidado
Receita operacional bruta	811.303	285.466	67.522	-	(11.992)	1.152.299
Deduções da receita	<u>(97.150)</u>	<u>(43.422)</u>	<u>(9.376)</u>	-	1.194	<u>(148.754)</u>
Receita operacional líquida	714.153	242.044	58.146	-	(10.798)	1.003.545
Custo dos serviços prestados	(517.910)	(172.955)	(33.663)	-	10.798	(713.730)
Custos variáveis/fixos	(417.669)	(158.781)	(24.646)	-	10.798	(590.298)
Depreciação/amortização	<u>(100.241)</u>	<u>(14.174)</u>	<u>(9.017)</u>	-	-	<u>(123.432)</u>
Lucro bruto	<u>196.243</u>	<u>69.089</u>	<u>24.483</u>	-	-	<u>289.815</u>
Despesas operacionais	(53.186)	(25.784)	(1.021)	(57.160)	-	(137.151)
Despesas com vendas	(24.266)	(14.923)	(353)	-	-	(39.542)
Despesas gerais e administrativas	(40.533)	(10.967)	(668)	(41.648)	-	(93.816)
Depreciação/amortização	(497)	(158)	-	(16.154)	-	(16.809)
Outras	<u>12.110</u>	<u>264</u>	-	<u>642</u>	-	<u>13.016</u>
EBIT	143.057	43.305	23.462	(57.160)	-	152.664
Depreciação/amortização	100.738	14.332	9.017	16.154	-	140.241
EBITDA	243.795	57.637	32.479	(41.006)	-	292.905
Resultado financeiro	-	-	-	(25.486)	-	(25.486)
Equivalência patrimonial	-	-	-	38.299	(38.299)	-
IRPJ/CSLL	-	-	-	<u>(35.619)</u>	-	<u>(35.619)</u>
Lucro líquido	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>91.559</u>

Em 31 de dezembro de 2015, as receitas de um cliente do segmento de terminais portuários representavam R\$170.295 (R\$166.165 em 31 de dezembro de 2014), equivalentes a 16,6% do total da receita bruta consolidada.

Demonstração consolidada do capital empregado por segmento operacional -
31 de dezembro de 2015

Contas	Terminais Portuários	Logística	Terminal de Veículos	Institucional	Eliminações	Consolidado
<u>Capital empregado</u>						
Ativo circulante	<u>101.807</u>	<u>16.840</u>	<u>7.976</u>	<u>251.261</u>	<u>(3.847)</u>	<u>374.037</u>
Caixas e equivalentes de caixa	-	-	-	226.115	-	226.115
Outros	101.807	16.840	7.976	25.146	(3.847)	147.922
Ativo não circulante	<u>1.131.501</u>	<u>182.447</u>	<u>174.660</u>	<u>580.813</u>	<u>(425.007)</u>	<u>1.644.414</u>
Outros	225.384	6.114	51	21.725	-	253.274
Investimento	-	-	-	425.007	(425.007)	-
Imobilizado	808.914	136.068	4.751	31.528	-	981.261
Intangível	97.203	40.265	169.858	102.553	-	409.879
Passivo circulante	<u>(79.277)</u>	<u>(25.583)</u>	<u>(4.135)</u>	<u>(4.058)</u>	<u>3.850</u>	<u>(109.203)</u>
Fornecedores	(42.944)	(16.870)	(2.996)	(42)	2.967	(59.885)
Outros	(36.333)	(8.713)	(1.139)	(4.016)	883	(49.318)
Passivo não circulante	<u>(89.546)</u>	<u>(2.685)</u>	<u>(73)</u>	<u>(52.034)</u>	-	<u>(144.338)</u>
Fornecedores	(15.021)	-	-	-	-	(15.021)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(43.600)	(2.685)	(73)	-	-	(46.358)
Outros	<u>(30.925)</u>	-	-	<u>(52.034)</u>	-	<u>(82.959)</u>
Total	<u>1.064.485</u>	<u>171.019</u>	<u>178.428</u>	<u>775.982</u>	<u>(425.004)</u>	<u>1.764.910</u>
<u>Fontes de capital</u>						
Passivo circulante	-	-	-	-	-	<u>144.728</u>
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	140.902
Dividendos/Juros sobre o capital próprio a pagar	-	-	-	-	-	3.826
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	<u>212.964</u>
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	198.646
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	14.318

<u>Contas</u>	<u>Terminais Portuários</u>	<u>Logística</u>	<u>Terminal de Veículos</u>	<u>Institucional</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	<u>1.407.218</u>
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	1.407.007
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	211
Total	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>1.764.910</u>

Demonstração consolidada do capital empregado por segmento operacional -
31 de dezembro de 2014

<u>Contas</u>	<u>Terminais Portuários</u>	<u>Logística</u>	<u>Terminal de Veículos</u>	<u>Institucional</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
<u>Capital empregado</u>						
Ativo circulante	<u>87.134</u>	<u>22.431</u>	<u>8.352</u>	<u>239.626</u>	<u>(3.881)</u>	<u>353.662</u>
Caixas e equivalentes de caixa	-	-	-	218.409	-	218.409
Outros	87.134	22.431	8.352	21.217	(3.881)	135.253
Ativo não circulante	<u>1.272.486</u>	<u>186.125</u>	<u>182.746</u>	<u>602.298</u>	<u>(435.191)</u>	<u>1.808.464</u>
Outros	255.080	5.778	42	19.572	-	280.472
Investimento	-	-	-	435.191	(435.191)	-
Imobilizado	879.146	139.503	3.909	31.530	-	1.054.088
Intangível	138.260	40.844	178.795	116.005	-	473.904
Passivo circulante	<u>(71.071)</u>	<u>(27.762)</u>	<u>(3.826)</u>	<u>(4.251)</u>	<u>3.881</u>	<u>(103.029)</u>
Fornecedores	(38.656)	(12.643)	(2.760)	(6)	2.914	(51.151)
Outros	(32.415)	(15.119)	(1.066)	(4.245)	967	(51.878)
Passivo não circulante	<u>(159.238)</u>	<u>(2.797)</u>	<u>(67)</u>	<u>(53.764)</u>	<u>-</u>	<u>(215.866)</u>
Fornecedores	(15.021)	-	-	-	-	(15.021)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(131.461)	(2.797)	(67)	-	-	(134.325)
Outros	<u>(12.756)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(53.764)</u>	<u>-</u>	<u>(66.520)</u>
Total	<u>1.129.311</u>	<u>177.997</u>	<u>187.205</u>	<u>783.909</u>	<u>(435.191)</u>	<u>1.843.231</u>
<u>Fontes de capital</u>						
Passivo circulante	-	-	-	-	-	<u>198.050</u>
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	157.996
Dividendos/Juros sobre o capital próprio a pagar	-	-	-	-	-	40.054
Passivo não circulante	-	-	-	-	-	<u>216.020</u>
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	199.953
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	16.067
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	<u>1.429.161</u>
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	1.432.178
Passivo atuarial	-	-	-	-	-	(3.017)
Total	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>N/A</u>	<u>1.843.231</u>

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 19 de janeiro de 2016, a administração da Companhia divulgou um comunicado ao mercado informando aos seus acionistas e ao mercado em geral, que em 15 de janeiro de 2016 protocolizou junto à Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP, pedido com vistas a possibilitar à Companhia dar início à migração para o segmento de negociação do Novo Mercado da BM&FBovespa, que envolve, entre outras providências, a autorização da SEP à realização de ajustes ao seu estatuto social.

Conselho de Administração

Carlos Geraldo Langoni (Presidente)
Verônica Valente Dantas (Vice-Presidente)
Marcos Nascimento Ferreira
Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim
Daniel Pedreira Dorea
Fabio Perrone Campos Mello
Alcides Lopes Tápias (Independente)
Hans Jurgen Friedrich Peters (Independente)
Wallim Cruz de Vasconcellos Junior (Independente)

Suplentes

Marcus Vinicius Gomes Bitencourt
Eduardo Carvalho da Silva Faoro
Eduardo de Britto Pereira de Azevedo
Marcelo de Freitas Lapa Santos
Pedro Corrêa da Veiga Murgel
Ricardo Schenker Wajnberg

Diretoria

Antônio Carlos Duarte Sepúlveda - Diretor-Presidente
Washington Cristiano Kato - Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores
Caio Marcelo Morel Correa - Diretor de Operações

Conselho Fiscal

Gilberto Braga (Presidente)
Leonardo Guimarães Pinto
Antonio Carlos Pinto de Azeredo
Axel Erhard Brod

Suplentes

Norberto Aguiar Tomaz
Heldo Jorge dos Santos Pereira Junior
Roberto Francisco Silva
Donald Ward Mcdarby Junior

Milton Mazzo Júnior - CRC nº 1 SP 235131/O-5
Gerente de Controladoria